

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Statkraft Energias Renováveis S.A. ("Companhia", "Statkraft" ou "SKER"), é uma sociedade anônima de capital fechado com sede social em Florianópolis, Santa Catarina, tem por atividade principal a geração de energia, a participação no capital social de empresas nas áreas de geração de energia elétrica, além da implementação e operação de projetos de energia renovável. A Companhia e suas subsidiárias ("Grupo" ou "Grupo Statkraft") possuem ativos em operação que atuam na geração de energia eólica e hídrica, compreendendo uma capacidade instalada total de 477,81 MW, dos quais 449,31 MW se referem aos ativos anteriormente em operação, e 28,50 MW referentes à controlada Oslo II do projeto VSE que entrou em operação em dezembro de 2022. No dia 4 de janeiro de 2021 a Companhia iniciou a construção do Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia o qual adicionará 518,7 MW a sua capacidade instalada de geração de energia, sendo que, conforme mencionado anteriormente, 28,50 MW já entraram em operação em dezembro de 2022 e o restante entrará em operação de forma gradual até outubro de 2023. Adicionalmente, na data de 30 de maio de 2022, se deu o início das atividades de construção do Projeto Eólico Morro do Cruzeiro, com capacidade instalada de 79,8 MW, cuja entrada em operação está prevista para fevereiro de 2024.

Os principais eventos societários e operacionais da Companhia podem ser destacados como:

a) Construção de parques eólicos - Complexo de Ventos de Santa Eugênia (518,7 MW)

Em 18 de outubro de 2019, a Companhia participou do 30º Leilão de Energia Nova (Leilão A-6 de 2019) e sagrou-se vencedora com dez projetos eólicos de Ventos de Santa Eugênia e o projeto eólico Serra de Mangabeira, com capacidade instalada total prevista de 300 MW e 75,6 MW, respectivamente. Os onze projetos vencedores tiveram parte da energia vendida às nove distribuidoras de energia elétrica que adquiriram energia nesse certame. Ventos de Santa Eugênia assegurou a comercialização de 75,3 MW médios e Serra da Mangabeira teve 12,1 MW médios vendidos, com prazo contratual de 20 anos e início de suprimento em 1º de janeiro de 2025, conforme as diretrizes do Ministério de Minas e Energia (MME). Como estratégia, a Statkraft comercializará a energia remanescente dos projetos no mercado livre.

Posteriormente à emissão das Outorgas, foram realizados processos de alteração de características técnicas junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), com o objetivo de adequar as Outorgas à realidade dos projetos. Sendo assim, após essa operação, os dez projetos de Ventos de Santa Eugênia totalizam 342 MW e Serra da Mangabeira possui 79,8 MW, refletindo as características técnicas que serão efetivamente construídas.

Adicionalmente, três projetos eólicos pertencentes ao Complexo de Ventos de Santa Eugênia somando 96,9MW de capacidade instalada, negociaram a totalidade de sua energia no Ambiente de Contratação Livre e obtiveram suas outorgas publicadas pela ANEEL. Nesse sentido, o Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia e Serra da Mangabeira é composto por 14 usinas, totalizando 518,7 MW de capacidade instalada.

Para viabilizar os projetos eólicos supracitados, foram constituídas dez Companhias, que conterão os 14 ativos de geração eólica, bem como os respectivos financiamentos necessários à sua construção.

Em 4 de janeiro de 2021, a Companhia iniciou a construção do parque eólico. A previsão orçamentária estima investimentos no montante de R\$ 2.752.500 (P50 nominal), para os quais a Companhia estabeleceu uma estrutura de capital considerando capital próprio e de terceiros para financiamento. A construção encontra-se em andamento e o início da operação das usinas será em etapas, sendo que em dezembro de 2022 foi iniciada a operação comercial dos dois primeiros parques do complexo, detidos pela entidade Oslo II. A operação comercial do último parque está prevista para Outubro de 2023.

b) Construção de parques eólicos - Complexo Morro do Cruzeiro (79,8 MW):

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia participou do 35º Leilão de Energia Nova A-5 com dois projetos eólicos do complexo Morro do Cruzeiro, localizado no município de Brotas de Macaúbas no estado da Bahia. Possui capacidade instalada total de 79,8 MW e é composto por 14 turbinas. Como resultado do leilão, os projetos citados acima foram vencedores e tiveram 30% da energia vendida à distribuidoras de energia por meio de contratos fechados no ambiente regulado (CCEAR), com prazo contratual de 15 anos e início de suprimento em 1º de janeiro de 2026, de acordo com as diretrizes do Ministério de Minas e Energia (MME). Como estratégia, a Statkraft comercializará a energia remanescente dos projetos no mercado livre.

Em 15 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia aprovou o início da construção dos projetos Morro do Cruzeiro I e II. A previsão orçamentária é de R\$606.700 (P50 nominal), para os quais a Companhia estabeleceu uma estrutura de capital considerando capital próprio e de terceiros para financiamento.

A construção iniciou em 30 de maio de 2022 e a estimativa é que as primeiras turbinas eólicas comecem a operar em fevereiro de 2024.

Foram constituídas duas entidades legais para as quais serão direcionados os ativos de geração eólica dos projetos de complexo Morro do Cruzeiro, bem como os respectivos financiamentos necessários à sua construção.

c) Incorporação Enx O&M:

Em 2016, a subsidiária Enx O&M de Sistemas Elétricos Ltda. teve suas atividades descontinuadas, as quais compreendiam prestação de serviços de O&M à terceiros, de forma a se adequar ao “core business” do Grupo Statkraft. Visando otimizar o desempenho financeiro e administrativo da Companhia, em 15 de dezembro de 2021, foi aprovada sua incorporação nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. Como resultado desta incorporação, a Enx foi extinta de pleno direito e a Companhia tornou-se sua sucessora. O patrimônio líquido da Enx na data base do laudo de incorporação e com base no valor contábil, representava o montante de R\$1.813. Para atendimento dos requisitos legais, a Companhia contratou uma empresa especializada para emissão do laudo de avaliação do patrimônio líquido com data de 30 de novembro de 2021, de acordo com as normas contábeis vigentes. Os montantes dos ativos e passivos incorporados estão descritos na nota explicativa nº 8.

d) Extensão das autorizações baseada no COD (“Commercial Operation Date”):

Em 2 de março de 2021, foi publicada a Lei nº 14.120, que incluiu a possibilidade de ajuste do prazo das outorgas de autorização para geração que (i) possuíam prazo de 30 (trinta) anos de outorga, (ii) entraram em operação antes de 1º de setembro de 2020, e (iii) não tenham sido objeto de penalidade por descumprimento do cronograma de implantação. No caso de atendimento a esses critérios, o prazo de 30 (trinta) anos das respectivas outorgas é contado a

partir da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora, refletindo numa extensão do período total de outorga para as usinas elegíveis.

Em 21 de julho de 2021, a Statkraft pleiteou à ANEEL o reconhecimento do atendimento aos critérios estabelecidos para a referida extensão do prazo de outorga, haja vista o enquadramento das usinas PCH Esmeralda, PCH Santa Laura, PCH Santa Rosa II, PCH Moinho e PCH Passos Maia nos requisitos estabelecidos na Lei.

Em 23 de fevereiro de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.131/2022, que ajustou o prazo das usinas supracitadas, representando uma extensão nos períodos de Outorga (chamada “Extensão por COD”) de:

	Extensão por COD (anos)
PCH Moinho	3,18
PCH Esmeralda	5
PCH Santa Laura	7,02
PCH Santa Rosa	7,07
PCH Passos Maia	7,97

Decorrente desta extensão, a Companhia incrementou prospectivamente o prazo de vida útil dos ativos gerando uma redução no montante de depreciação e no valor residual indenizável dos ativos no final da autorização das usinas.

e) Revisão Ordinária de Garantia Física

Em 2022 foi realizada a Revisão Ordinária de Garantia Física (ROGF 2022) conduzida pelo MME – Ministério de Minas e Energia. Como impacto dessa revisão, o Grupo teve a garantia física da usina UHE Monjolinho reduzida de 41,7 MW médios para 39,7 MW médios. A publicação dos resultados foi divulgada via Portaria MME nº 709/ e os seus efeitos são válidos a partir 1º de janeiro de 2023.

1.1. Participações societárias

A Companhia possui participação societária nas seguintes companhias:

Companhia		Tipo	Participação Societária	
			2022	2021
<u>Eólicas operacionais</u>				
Energen Energias Renováveis S.A. (“Energen”)	(a)	Controlada direta	99,99%	99,99%
Macaúbas Energética S.A. (“Macaúbas”)	(a)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Novo Horizonte Energética S.A. (“Novo Horizonte”)	(a)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Seabra Energética S.A. (“Seabra”)	(a)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Oslo II S.A.	(f)	Controlada direta	100,00%	100,00%
<u>Eólicas não operacionais</u>				
Ventos de Santa Eugênia Energias Renováveis S.A. ("Santa Eugênia")	(f)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Oslo I S.A.	(f)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Oslo III S.A.	(f)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Oslo IV S.A.	(f)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Oslo V S.A.	(f)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Oslo VI S.A.	(f)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Oslo VII S.A.	(f)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Oslo VIII S.A.	(f)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Oslo IX S.A.	(f)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Oslo X S.A.	(f)	Controlada direta	100,00%	100,00%

Companhia	Tipo	Participação Societária	
		2022	2021
Serra da Mangabeira S.A.	(f) Controlada direta	100,00%	100,00%
Ventos de São Vitorino Energias Renováveis S.A. ("São Vitorino")	(e) Controlada direta	100,00%	100,00%
Oslo XI S.A.	(e) Controlada direta	100,00%	100,00%
Oslo XII S.A.	(e) Controlada direta	100,00%	100,00%
Oslo XIII S.A.	(e) Controlada direta	100,00%	100,00%
Oslo XIV S.A.	(e) Controlada direta	100,00%	100,00%
Morro do Cruzeiro I S.A.	(g) Controlada direta	100,00%	100,00%
Morro do Cruzeiro II S.A.	(g) Controlada direta	100,00%	100,00%
<u>Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs)</u>			
Esmeralda S.A. ("Esmeralda")	(b) Controlada direta	100,00%	100,00%
Santa Laura S.A. ("Santa Laura")	(b) Controlada direta	100,00%	100,00%
Santa Rosa S.A. ("Santa Rosa")	(b) Controlada direta	100,00%	100,00%
Moinho S.A. ("Moinho")	(c) Controlada direta	100,00%	100,00%
Santa Fé Energia S.A. ("Santa Fé")	(c) Controlada direta	100,00%	100,00%
Passos Maia Energética S.A. ("Passos Maia")	(c) Controlada em conjunto	50,00%	50,00%
<u>Usinas Hidrelétricas de grande porte (UHE)</u>			
Usina Hidrelétrica Cubatão S.A. ("Cubatão")	(i) Coligada	20,00%	20,00%
Ceran - Companhia Energética Rio das Antas ("Ceran")	(i) Coligada	5,00%	5,00%
Dona Francisca Energética S.A. ("Dfesa")	(d) Outras participações	2,12%	2,12%
<u>Comercialização de energia elétrica</u>			
Statkraft Comercialização de Energia S.A.	(h) Controlada direta	100,00%	100,00%

- (a) Referem-se a controladas diretas da Companhia, sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parques eólicos específicos, localizado no Estados da Bahia e do Sergipe. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva - 2009 ("LER 2/2009").
- (b) Referem-se a controladas diretas da Companhia, sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica de Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCHs") localizadas nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Rio de Janeiro, respectivamente. Em regime de autorização, estes complexos têm toda a sua produção contratada com a Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás, no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA.
- (c) Referem-se a controladas diretas e controlada em conjunto da Companhia, respectivamente, sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica de Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCHs") localizadas nos Estados do Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Santa Catarina, respectivamente, atuando sobre o regime de autorização.
- (d) Referem-se a investimentos sem influência significativa, os quais são registrados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
- (e) Referem-se a controladas diretas com projetos "greenfield" do segmento eólico em fase de desenvolvimento.
- (f) Companhias constituídas para viabilização do projeto Ventos de Santa Eugênia, por meio do qual a Companhia sagrou-se vencedora no Leilão de Energia Nova (A-6) que ocorreu em 18 de outubro de 2019.
- (g) Companhias constituídas para viabilização do projeto Morro do Cruzeiro, por meio do qual a Companhia sagrou-se vencedora no Leilão de Energia Nova (A-5) que ocorreu em 30 de setembro de 2021.
- (h) Controlada direta com atividade principal de comercialização de energia elétrica no âmbito do mercado brasileiro e/ou de outros países.
- (i) Refere-se a investimentos em coligada, com influência significativa, registrado pelo método de equivalência patrimonial, conforme nota explicativa nº 10 e 12.

1.2. Principais características dos empreendimentos de geração

A seguir encontram-se detalhes sobre as geradoras controladas, controlada em conjunto e empreendimentos minoritários do Grupo:

Usina	Contratos	Portaria MME/Resolução ANEEL	Prazo de autorização	Fim do período de concessão*	Capacidade de produção instalada MW	Participação da Statkraft MW na capacidade de produção instalada	Garantia física MW médio
Eólicas ("EOL"):							
EOL Barra dos Coqueiros (Energem)	LER 2/2009	Portaria MME nº 617/2010	35 anos	jul-45	34,50	34,50	10,5
EOL Macaúbas	LER 2/2009	Portaria MME nº 580/2010	35 anos	jun-45	35,07	35,07	13,4
EOL Novo Horizonte	LER 2/2009	Portaria MME nº 673/2010	35 anos	jun-45	30,06	30,06	10,97
EOL Seabra	LER 2/2009	Portaria MME nº 671/2010	35 anos	jun-45	30,06	30,06	11,33
EOL VSE 02 (Oslo II)	LEN 004/2019	Portaria MME 105/2020	35 anos	Mar/55	11,40	11,40	4,80
EOL VSE 07 (Oslo II)	LEN 004/2019	Portaria MME 105/2020	35 anos	Mar/55	17,10	17,10	7,30
Hídricas:							
PCH Esmeralda	PROINFA	Res. ANEEL nº 605/2001	30 anos	ago-38	22,20	22,20	12,32
PCH Santa Laura	PROINFA	Res. ANEEL nº 379/2000	30 anos	mar-39	15,00	15,00	7,99
PCH Santa Rosa	PROINFA	Res. ANEEL nº 197/2001	30 anos	fev-40	30,00	30,00	17,07
PCH Moinho	Cemig	Res. Autoriz. ANEEL nº 1.451/2008	30 anos	set-47	13,70	13,70	6,98
PCH Victor Batista Adami (Passos Maia)	Cemig	Res. Autoriz. ANEEL nº 68/2004	30 anos	dez-45	25,00	12,50	13,7
UHE Monel Monjolinho (SKER)	LEN 4/2006	Contrato de Concessão nº 18/2002	35 anos	abr-43	74,00	74,00	39,70
UHE Suiça (SKER)	EDP Com.	Contrato de Concessão nº 1/2014	30 anos	fev-27	35,34	35,34	21,61
PCH Viçosa (SKER)	ESCELSA	Res. ANEEL nº 111/1999	30 anos	out-30	4,50	4,50	2,52
PCH São João (SKER)	ESCELSA	Res. ANEEL nº 110/1999	30 anos	out-30	25,00	25,00	12,95
PCH Alegre (SKER)	ESCELSA	Contrato de Concessão nº 4/2013	30 anos	mai-27	2,06	2,06	1,16
PCH Fruteiras (SKER)	ESCELSA	Contrato de Concessão nº 4/2013	30 anos	abr-26	8,74	8,74	5,56
PCH Jucu (SKER)	ESCELSA	Contrato de Concessão nº 4/2013	30 anos	jun-26	4,84	4,84	2,62
PCH Rio Bonito (SKER)	CBR - ESCELSA/ CCEAR ¹⁾	Contrato de Concessão nº 4/2013	30 anos	jun-26	22,50	22,50	9,4
PCH Francisco Gros (Santa Fé)	CCEAR	Res. ANEEL nº 482/2001	30 anos	set-33	29,00	29,00	15,58
UHE Monte Claro (CERAN)	CPFL/SKER/CCEAR/ CCEAL	Contrato de Concessão nº 8/2001	35 anos	nov-39	130	6,50	69
UHE Castro Alves (CERAN)	CPFL/SKER/CCEAR/ CCEAL	Contrato de Concessão nº 8/2001	35 anos	out-39	130	6,50	64
UHE 14 de Julho (CERAN)	CPFL/SKER/CCEAR/ CCEAL	Contrato de Concessão nº 8/2001	35 anos	nov-39	100	5,00	50
UHE Dona Francisca		Contrato de Concessão nº 188/1998	35 anos	set-37	125	2,254	80

¹ A PCH Rio Bonito possui contrato bilateral regulado ("CBR") firmado com a contraparte Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. ("ESCELSA") e também transações formalizadas por Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR") firmado com diversas distribuidoras.

* Prazo de concessão considerando a extensão aderida pela repactuação do risco hidrológico em 2021 e extensão baseada no COD conforme mencionado na nota explicativa nº 1.d).

1.3. Impactos do COVID-19 nas informações financeiras

A Companhia e suas subsidiárias continuam tomando as medidas preventivas necessárias e mitigando os riscos com base nas diretrizes nacionais e internacionais da Organização Mundial da Saúde. O Grupo se mantém operando com todas as suas usinas e parques eólicos, sendo capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios e manter, com isso, sua continuidade operacional. Neste cenário, podemos destacar as avaliações abaixo:

- A receita líquida consolidada auferida no exercício de 2022 no montante de R\$861.883 superou em 52% a realizada no mesmo período do ano anterior (R\$565.054).
- Não ocorreram demissões nem reduções salariais na Companhia e suas controladas.
- Não houve inadimplência de clientes e nem perdas de contratos.
- Recorremos a diferimentos no pagamento de impostos e tributos de acordo com as Medidas Provisórias liberadas pelo Governo (Federal, Estadual e Municipal).
- Durante as operações do exercício de 2022, os resultados ocorreram dentro das expectativas da Administração, não havendo impactos adversos decorrentes do cenário da pandemia que requeiram ajustes ou divulgações adicionais nessas demonstrações financeiras.

Em 2022 a Companhia retomou suas atividades administrativas nos escritórios, em um sistema híbrido, que consiste em até dois dias trabalhando em casa e no mínimo três dias presencialmente nos escritórios da Companhia, observando todos os cuidados sanitários para manter a segurança de seus colaboradores.

A Companhia analisou os impactos da COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem a necessidade de ajustes adicionais às suas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022 relacionados a “impairment” de ativos ou descontinuidade operacional. A Administração da Companhia tem analisado e tomado ações efetivas para preservar a integridade de suas pessoas e de seus ativos.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 13 de março de 2023.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo, sendo que tais políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. As premissas para estas estimativas

estão divulgadas na Nota 3.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as *IFRSs*.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e a recuperação de valores ativos) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.3. Demonstração dos fluxos de caixa

Foi preparada pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 92 de 20 de maio de 2022, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

2.4. Consolidação

As seguintes definições ligadas às políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

O procedimento de consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as suas naturezas,

ajustados pelas eliminações das transações realizadas entre as empresas consolidadas.

Os principais saldos eliminados na consolidação são as receitas e custos de O&M (operação e manutenção) prestados pela controladora às suas controladas, saldos de contas a receber e pagar entre as empresas consolidadas, saldos de mútuos, saldos de investimentos contabilização por meio de equivalência patrimonial na controladora, e os patrimônios líquidos das controladas.

As práticas contábeis adotadas para controladora e suas subsidiárias são consistentes em todos os exercícios apresentados.

(b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

(c) Coligadas e controladas em conjunto

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

(d) Combinação de negócios

É o método contábil aplicado quando há ocorrência de aquisição de um negócio, conforme definição do CPC 15 Combinação de Negócios. Em uma combinação de negócios é requerido que os ativos identificáveis e passivos assumidos sejam mensurados ao seu valor justo à data da aquisição de controle, e que o preço de compra seja alocado conforme esta mensuração. Os valores justos de ativos excedentes aos valores de livro são classificados como "mais valia" no grupo de investimentos para fins da controladora, enquanto o valor não alocado pela mensuração dos ativos e passivos ao valor justo é classificado como "ágio".

2.5. Moedas funcionais e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo e da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações foram apresentadas em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

2.6. Apresentações de informações por segmentos

O grupo não elabora informações por segmento, uma vez que atua preponderantemente na geração de energia elétrica por meio de contratos de longo prazo, que representam a totalidade da receita do Grupo nos anos de 2022 e 2021.

2.7. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses, e com risco

insignificante de mudança de valor.

2.8. Ativos financeiros

Classificação

A administração classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

(a) Custo amortizado

Os ativos cujo principal objetivo da Companhia é colher os fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento de principal e juros, e passivos financeiros que são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Atualização monetária, juros e variação cambial, deduzidos de perdas ao valor recuperável (quando aplicável), são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

(b) Mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, com a finalidade tanto de receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e também ativos que deem origem em datas especificadas à pagamentos de principal e juros.

(c) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos mantidos para negociação, ativos que possuem fluxo de caixa que não sejam exclusivamente pagamento de principal e juros, independente do modelo de negócios, assim como aqueles que são designados ou obrigatoriamente reconhecidos inicialmente ao valor justo por meio do resultado são assim mantidos pela Companhia.

Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são reconhecidos pelo valor justo e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

O Grupo baixa um ativo financeiro apenas quando os ativos de contrato aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo para outra entidade. Se o Grupo não transfere ou retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e continua a controlar o ativo transferido, o Grupo reconhece sua parcela retida no ativo e um correspondente passivo em relação aos valores que o Grupo pode ter que pagar. Se o Grupo retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade de um ativo transferido, o Grupo continua a reconhecer o ativo financeiro e reconhece ainda um empréstimo garantido em relação aos recursos recebidos.

Na baixa de um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contraprestação recebida e a receber é reconhecida no resultado. Adicionalmente, na baixa de um investimento em um instrumento da dívida classificado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o ganho ou a perda acumulada

anteriormente acumulada na reserva de reavaliação de investimentos é reclassificado para o resultado. Por outro lado, na baixa de um investimento em um instrumento patrimonial que o Grupo optou no reconhecimento inicial por mensurar ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o ganho ou perda acumulado anteriormente acumulado na reserva de reavaliação de investimentos não é reclassificado para o resultado, mas é transferido para lucros acumulados.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

As variações decorrentes dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente são apresentadas na demonstração de resultado abrangente do período em que ocorrem.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados entre si e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos sempre que há uma intenção da companhia em liquidá-los numa base líquida, ou realizar ainda o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia no final de cada exercício do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado do modelo de perdas de crédito esperadas baseado no aumento significativo do risco de crédito considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Em caso de evidência objetiva de *impairment*, o prejuízo acumulado - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um período

subsequente, o valor justo do instrumento de dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecida no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

Para investimentos em títulos patrimoniais, um significativo ou prolongado declínio no seu valor justo, abaixo do seu custo, é também uma evidência de que esses ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para os investimentos em títulos patrimoniais, o prejuízo acumulado será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* reconhecidas no resultado do exercício são avaliadas periodicamente conforme estimativa de perdas de crédito esperadas para cada ativo financeiro.

2.9. Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber decorrentes de: (i) venda de energia elétrica contratada até a data das demonstrações financeiras; (ii) serviços prestados de consultoria e gerenciamento; (iii) serviços prestados de operação e manutenção operacional (O&M). Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD"), se aplicável.

2.10. Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes ativos são avaliados pelo valor justo.

2.11. Demais ativos circulantes e não circulantes

Impostos a recuperar consistem, substancialmente, em créditos decorrentes de Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Imposto de Renda e Contribuição Social (IRPJ e CSLL), decorrentes da retenção na fonte sobre serviços prestados, fornecimento de energia elétrica e outros, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias auferidas.

As despesas antecipadas, representadas pelos custos incorridos na contratação de Seguro Operacional e Risco Civil, são apropriados *pro rata temporis* ao longo do prazo de cobertura.

As despesas com seguro regulatório são reconhecidas pelo seu valor presente calculado com base no IPCA anual projetado e, assim como as despesas financeiras incorridas, são apropriadas ao longo do prazo de outorga da usina ou do contrato de venda de energia conforme contrato de repactuação do risco hidrológico.

2.12. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo os encargos financeiros incorridos na fase de construção das usinas decorrentes do financiamento contratado, deduzido da sua depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando a vida útil técnica dos ativos imobilizados limitadas ao prazo de concessão ou da autorização para as usinas eólicas e a vida útil estabelecida pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) para as usinas hídricas, conforme detalhado na nota 3.1.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação

com o valor contábil e são incluídos no resultado.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia e suas empresas controladas. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil remanescente do ativo relacionado.

2.13. Intangível

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar alocação de perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

(b) Uso do bem público

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão contratado decorrente do contrato de concessão. É constituído pelo valor justo do direito relacionado com o uso do bem público (UBP) até o final do contrato de concessão e amortizado pelo correspondente prazo, a partir do início da operação comercial da usina.

2.14. Propriedades para investimento

O saldo apresentado no grupo de "propriedades para investimento" representa o valor justo dos investimentos realizados em terras pela Companhia. Anualmente, a Companhia efetua a avaliação destes valores justos, que são ajustados contra o resultado caso diferenças sejam identificadas em relação à avaliação do ano anterior.

2.15. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.16. Financiamentos e debêntures

Os financiamentos e debêntures tomados são reconhecidos contabilmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos e debêntures tomados são apresentados pelo custo, líquido dos pagamentos realizados, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

Os financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e debêntures são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.17. Concessões a pagar

É registrado inicialmente ao valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado, atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente, onde se considerou uma taxa de desconto de 9,50%.

2.18. Provisões, ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

As provisões para desmobilização de ativos, recuperação ambiental e ações judiciais (trabalhista, civil ou tributária), são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O Grupo é parte em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Statkraft Energias Renováveis S.A., com base em opinião de seus assessores jurídicos, quando necessário, e nos julgamentos da Administração.

2.19. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(a) Lucro real

O imposto de renda e a contribuição social, geralmente são calculados pelas alíquotas regulares de 15% (acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda se ultrapassado o limite tributável) e de 9% para a contribuição social.

(b) Lucro presumido

Conforme facultado pela legislação fiscal vigente, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente de prestação de serviços) e 100% das demais receitas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

A Companhia e sua controlada Statkraft Comercialização de Energia S.A. se enquadram no regime do lucro real, enquanto as demais controladas aplicam o regime do lucro presumido.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

2.20. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

2.21. Capital Social

A companhia somente possui ações ordinárias, que são classificadas integralmente no patrimônio líquido.

2.22. Lucro por ação

A Companhia calcula o lucro por ação utilizando a média ponderada de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação.

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas.

A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, não há diferença entre o resultado básico por ação e o resultado diluído por ação.

2.23. Reconhecimento da receita

(a) Venda de energia elétrica

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado quando a transferência de riscos e benefícios sobre a energia contratada se estabelece. Para as usinas que não fazem parte do MRE – Mecanismo de Realocação de Energia, essa transferência se dá conforme a disponibilização da energia elétrica gerada no SIN – Sistema Integrado Nacional. Para aquelas usinas hídricas que fazem parte do MRE, a receita é reconhecida conforme sua garantia física mensal alocada, independente da disponibilização de energia elétrica gerada no SIN. Contudo, caso os participantes do MRE não entreguem o volume de energia elétrica necessária para manutenção da garantia física de cada usina, há a aplicação do GSF (*Generation Scaling Factor*), que reduz a garantia física das usinas, e, por consequência, suas receitas.

Os contratos negociados no ambiente de contratação livre (ACL), firmam a venda de energia elétrica por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes através de contratos bilaterais. Podem ser contratos de curto e longo prazo de acordo com a estratégia interna do Grupo.

Os contratos negociados no ambiente de contratação regulado (ACR), transacionam as vendas de energia elétrica por meio de leilão com preços e volumes já estipulados também via contratos bilaterais, podendo ter periodicidade de curto e longo prazo. Para as usinas com contratos regulados, a não geração do volume contratado obriga as mesmas a realizar a compra do respectivo volume para cumprimento do contrato regulado.

(b) Venda da prestação de serviços de O&M - Operação e Manutenção

São reconhecidas quando ocorre a entrega da prestação de serviços de O&M verificando se os benefícios econômicos derivados desta operação fluirão para entidade. A mensuração ocorre tanto pelo método linear quanto por medição de estágio de execução, a depender da natureza de cada serviço prestado.

2.24. Benefícios a empregados

(a) Participação nos lucros e bônus

O grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia própria, que leva em conta o resultado obtido no período.

O pagamento de participação nos lucros e bônus constitui a remuneração variável e são embasados no alcance das metas individuais e objetivos empresariais.

2.25. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

- CPC 26 (R1) (IAS 1) – “Apresentação das Demonstrações Contábeis”: Em janeiro de 2020, as alterações emitidas pelo IASB especificaram os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. Tais especificações determinaram que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

- CPC 26 (R1) (IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) – “Divulgação de políticas contábeis”: Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- CPC 23 (IAS 8) – “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- CPC 32 (IAS 12) – “Tributos sobre o Lucro”: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

O Grupo avalia as alterações que tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência da Administração e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. *Estimativas e premissas contábeis críticas*

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas contábeis das demonstrações financeiras anuais. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem grau elevado de julgamento e complexidade, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas abaixo.

a) Vida útil do ativo imobilizado

O Grupo estima a vida útil do ativo imobilizado das usinas hídricas utilizando as taxas de depreciação que representam o valor residual do imobilizado ao fim da concessão, de acordo com as taxas de depreciação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em função do entendimento da Administração da Companhia no sentido de haver direito à indenização dos valores residuais ao final da concessão/autorização. Caso haja alteração no cenário regulatório ou à medida que fatos novos relacionados ao tema ocorram, referidas taxas poderão ser revistas, para refletir a adequada vida útil econômica dos bens integrantes do ativo imobilizado.

Anualmente, o grupo avalia se há indícios de mudança da vida útil técnica esperada para os grupos de ativos, e a cada três anos é formalizado um novo estudo técnico, independentemente da existência de evidências de mudança da expectativa adotada de vida útil.

b) Teste de redução do valor de recuperação dos ativos de longa duração

O Grupo realiza, a cada emissão de demonstrações financeiras, ou sempre que houver indicativos, uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pelo Grupo.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre:

- (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, o Grupo reconhece uma redução no saldo contábil desses ativos, quando aplicável.

O processo de revisão do valor recuperável de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos por meio da realização de análises.

Os saldos de imobilizado e intangível de longa duração estão nas rubricas “Imobilizado” e “Intangível”.

c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e análise de fluxos de caixa descontados.

O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

d) Custos de desmobilização dos parques eólicos

As principais atividades a serem concluídas no processo de desmontagem são a remoção de: (i) pás; (ii) eixo; (iii) motor; (iv) seções de torre de aço; e (v) painéis elétricos e outros.

Devido à falta de custos históricos de desmobilização no mercado (o segmento eólico no Brasil é bastante novo), bem como da própria empresa, foi necessário considerar os custos dos serviços de instalação para avaliar o custo do desmantelamento de usinas eólicas.

Para o custo de montagem de um parque eólico foi considerado o custo de mobilização de guindaste e mão de obra, além do custo diário para executar o serviço.

e) Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

Estas estimativas são mensuradas com base em avaliação e qualificação dos riscos com probabilidade de perda provável. Estas avaliações são suportadas pelo julgamento dos seus assessores jurídicos e da administração, considerando as jurisprudências e o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis.

f) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais

Os ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais são reconhecidos com base na expectativa de lucro futuro das companhias que geram tais prejuízos.

g) Mútuo passivo entre partes relacionadas

A classificação do mútuo passivo com partes relacionadas leva em consideração a interpretação da Companhia em relação às características, condições, documentação, regras e ritos de governança estabelecidos para a realização desse tipo de operação.

A Companhia mantém registrado o valor de R\$66.797, correspondente a passivo de mútuo com partes relacionadas. A natureza de tal obrigação vem sendo contestada por acionista não controlador que não reconhece a existência de uma obrigação contratual de entrega de caixa por parte da Companhia. O assunto está em processo de arbitragem entre as partes e, na data das demonstrações financeiras, consistiu, portanto, em um julgamento crítico da administração que concluiu, com base em pareceres jurídicos obtidos, que a classificação mais adequada, na data das demonstrações financeiras, seria o registro como passivo.

4. GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das empresas para oferecer retorno aos seus acionistas e outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal, adequada para tal fim.

A relação dívida líquida / patrimônio líquido é verificada conforme segue:

	Controladora	
	31.12.2022	31.12.2021
Total dos financiamentos	337.165	558.813
(-) caixa e equivalentes de caixa	(447.927)	(108.418)

(-) aplicação financeira restrita	(64.115)	-
Dívida líquida (sobra de liquidez)	(174.877)	450.395
Total do patrimônio líquido	3.203.974	2.067.831
Índice de alavancagem financeira - %	-	21,78

	Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021
Total dos financiamentos	1.349.015	970.974
(-) caixa e equivalentes de caixa	(584.145)	(186.403)
(-) aplicação financeira restrita	(88.197)	(14.842)
Dívida líquida	676.673	769.729
Total do patrimônio líquido	3.203.981	2.067.838
Índice de alavancagem financeira - %	21,12	37,22

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Contas bancárias em moeda funcional	98	473	365	819
Aplicações financeiras com liquidez imediata	447.829	107.945	583.780	185.584
	447.927	108.418	584.145	186.403

A Companhia acumula volume de caixa e equivalentes de caixa decorrente à postergação de marcos na construção dos projetos Morro do Cruzeiro e Ventos de Santa Eugênia. Esta disponibilidade será consumida à medida que os compromissos contratuais forem realizados.

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs e Operações Compromissadas, com rentabilidade média de 101,08% para a controladora e de 100,69% para o consolidado, referenciada no CDI, emitidos por instituições financeiras no Brasil. Estas aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer momento sem quaisquer restrições ou risco de alterações significativas em seus valores justos.

6. CONTAS A RECEBER

		Controladora		Consolidado	
		31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Fornecimento de energia elétrica	(i)	28.523	23.404	95.986	54.097
Saldo de mercado de curto prazo	(ii)	-	1.986	3.671	4.032
Geração excedente aos contratos CER	(iii)	-	-	31.777	19.263
Contas a receber partes relacionadas	(iv)	42.208	19.222	1.272	1.958
Total		<u>70.731</u>	<u>44.612</u>	<u>132.706</u>	<u>79.350</u>
Ativo circulante		70.731	44.612	107.372	61.926
Ativo não circulante		-	-	25.334	17.424

- (i) Saldo de recebíveis de clientes pelo fornecimento de energia elétrica em contratos firmados no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, dos contratos regulados e contratos bilaterais, das operações de venda de energia da controlada SKERCOM e outros contratos, com prazo médio de vencimento de 35 dias.
- (ii) Saldo de recebíveis de fornecimento de energia elétrica liquidado no mercado de curto prazo.
- (iii) Saldo mantido no ativo não circulante referente ao excedente de geração de energia entre 100% e 130% ao montante contratado pelo Contrato de Energia de Reserva - CER mantido com a CCEE nas subsidiárias que compõem os parques eólicos em operação do Grupo Statkraft, que é recebido ao final da apuração de cada quadriênio, quando os saldos são transferidos gradativamente para o curto prazo, conforme expectativa de realização de caixa e atualizados pelo índice IPCA. Já a geração acima de 130% é classificada no curto prazo, conforme expectativa de realização nos próximos 12 meses.
- (iv) Saldos de contas a receber com partes relacionadas referente a venda de energia e saldos a receber decorrente de redução de capital, serviço de administração do proprietário e serviços de O&M (operação e manutenção) das controladas e controlada em conjunto com vencimento médio de 28 dias.

7. REPACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO

Por conta do período de hidrologia adverso de 2015, em 11 de dezembro de 2015 a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 684, que estabelece os critérios para anuência e demais condições para repactuação do risco hidrológico de geração hidrelétrica por agentes participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE. Em 17 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia decidiu pela adesão à proposta para as PCHs Esmeralda, Santa Laura e Santa Rosa II, todas contratadas no âmbito do PROINFA. A classe de produto optado foi o SP100 que transfere 100% do risco hidrológico à distribuidora.

As usinas PCH Jucu, PCH Rio Bonito, PCH São João protegendo-se de 94% e a PCH Francisco Gros protegendo-se 92% da exposição do GSF, também aderiram às condições de repactuação do risco hidrológico. Os saldos que representam essa repactuação podem ser assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Ativo circulante	853	778	1.063	970
Ativo não circulante	150	1.003	1.635	2.698
	<u>1.003</u>	<u>1.781</u>	<u>2.698</u>	<u>3.668</u>

Em 8 de setembro de 2020, foi aprovada a Lei 14.052 que regulamenta novas condições de repactuação do risco hidrológico para o ressarcimento às usinas integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, por meio de extensão de outorga decorrente dos impactos ocasionados pela Geração Térmica Fora da Ordem de Mérito – GFOM, dentre outros fatores. Em consonância com a aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia realizada, em 2021 as usinas detentoras de concessão de geração de energia hidrelétrica do Grupo aderiram à repactuação do risco hidrológico que trata a lei 14.052/2020. Em 28 de julho de 2022, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 12.255 de 2022, contemplando as extensões dos prazos de vigência das outorgas de concessão das UHEs Monjolinho e Suíça, bem como das PCHs Rio Bonito, Alegre, Fruteiras e Jucu. A partir disso, em dezembro de 2022, foram celebrados os aditivos contratuais dessas usinas, formalizando as respectivas extensões dos prazos de outorga. Para as demais usinas hidrelétricas da Statkraft, sob regime de autorização, resta pendente a publicação da homologação das extensões pela ANEEL.

Em 30 de setembro de 2021, foi reconhecido o ativo intangível correspondente ao direito de extensão da concessão, em contrapartida da rubrica de custos operacionais (Repactuação do risco hidrológico), na demonstração do resultado, conforme valores demonstrados no quadro abaixo:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
PCH Alegre	1.036	1.036
PCH Fruteiras	2.131	2.131
PCH Jucu	1.233	1.233
UHE Monel	33.393	33.393
PCH Rio Bonito	4.488	4.488
PCH São João	6.466	6.466
UHE Suíça	16.621	16.621
PCH Viçosa	1.250	1.250
PCH Santa Rosa	-	8.003
PCH Santa Laura	-	3.537
PCH Moinho	-	5.074
PCH Esmeralda	-	5.360
PCH Francisco Gros	-	7.772
	<u>66.618</u>	<u>96.364</u>

A extensão das outorgas garantida por lei para cada usina pode ser assim apresentada:

	<u>Extensão Garantida por lei (anos)</u>
UHE Monjolinho	5,94
UHE Suíça	1,58
PCH Esmeralda	1,65
PCH Santa Laura	1,46
PCH Santa Rosa	1,67
PCH Moinho	5,97
PCH Passos Maia	3,81
PCH Alegre	1,85
PCH Fruteiras	0,76
PCH Jucu	0,93
PCH Rio Bonito	0,95
PCH Francisco Gross	1,85
PCH São João	1,45
PCH Viçosa	1,43

No mesmo momento, foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos passivos no montante de R\$22.650 para as usinas pertencentes à forma de tributação do lucro real, em virtude da diferença temporária estabelecida. Esses valores são realizados a medida da amortização do ativo intangível e em 31 de dezembro de 2022 seu saldo compreende o montante de R\$19.498 (R\$ 22.020 em 31 de dezembro de 2021), conforme demonstrado na nota explicativa nº 26 (b). Adicionalmente, a controlada em conjunto Passos Maia reconheceu um ativo intangível e respectiva recuperação de custo no montante de R\$10.439 nas mesmas tratativas, impactando, portanto, o resultado da Companhia por meio da equivalência patrimonial deste investimento.

8. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

O Grupo Statkraft não possui como objetivo a prestação de serviços a terceiros, sendo o foco deste apenas geração de energia elétrica por meio de fontes renováveis. Neste sentido, a Companhia entendeu por bem realizar a cessão dos contratos de Operação e Manutenção da subsidiária Enex a terceiros (sob anuência de seus clientes), a fim de que as atividades de operação e manutenção passassem a ser realizadas exclusivamente para as usinas deste Grupo Econômico. Desta forma, após processo seletivo, foi firmado em 20 de dezembro de 2016 contrato com empresa do setor, contemplando a: (i) transferência de contratos de O&M firmados com terceiros; (ii) a transferência de empregados da Companhia para a cessionária; e (iii) a venda dos bens e equipamentos alocados nas usinas para a prestação de serviços à terceiros, passando a Enex a não mais deter qualquer relação comercial com terceiros.

Em 15 de dezembro de 2021, a subsidiária Enex foi incorporada à Companhia conforme laudo de avaliação de empresa independente com data base de 30 de novembro de 2021. O patrimônio líquido da Enex na data da incorporação com base no valor contábil representava o montante de R\$1.813. Os ativos e passivos líquidos avaliados estão apresentados como segue:

ATIVO

Caixa e equivalentes de caixa	452
Tributos a recuperar	2.302
Depósitos judiciais	1.901
Ativo total	<u>4.655</u>

PASSIVO

Fornecedores	10
Partes relacionadas	300
Salários e encargos sociais	8
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	2.521
Outros passivos	3
Passivo total	<u>2.842</u>

Total de ativos incorporados e passivos assumidos	<u>1.813</u>
---	--------------

9. APLICAÇÃO FINANCEIRA RESTRITA

Por força dos contratos de financiamentos firmados com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”) para o custeio das obras das usinas eólicas das controladas pertencentes ao projeto Ventos de Santa Eugênia (vide nota explicativa nº 1.1), tais empresas devem manter saldos em conta corrente remunerada, ou de aplicação financeira, denominada “conta reserva”, que visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o banco. As aplicações financeiras restritas são constituídas de forma prévia baseadas na taxa média de 2,26% sobre o valor desembolsado até o referido período e limitado a um valor fixo determinado por Companhia, mantido por todo o prazo do financiamento. A rentabilidade está referenciada no CDI.

Adicionalmente, nesta rubrica está apresentado o saldo de aplicação financeira restrita da Companhia mantido em decorrência do mútuo com a acionista Statkraft Investimentos Ltda., conforme mencionado na nota explicativa nº 10 (vi).

As movimentações das aplicações financeiras restritas podem ser assim demonstradas:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
No início do exercício	-	-	14.842	-
Aplicação	57.035	-	64.069	14.554
Rendimentos líquidos de impostos	7.080	-	9.286	288
No final do exercício	<u>64.115</u>	<u>-</u>	<u>88.197</u>	<u>14.842</u>
Apresentadas como:				
Ativo circulante	64.115	-	64.115	-
Ativo não circulante	-	-	24.082	14.842

10. PARTES RELACIONADAS

As operações são realizadas em condições específicas acordadas entre as partes. Os saldos patrimoniais são assim demonstrados:

		Controladora		Consolidado	
		31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Ativo circulante					
Contas a receber					
Energen Energias Renováveis S.A.	(i)	116	43	-	-
Esmeralda S.A.	(i)	5.651	2.039	-	-
Macaúbas Energética S.A.	(i)	4.297	3.017	-	-
Moinho S.A.	(i)	41	2.651	-	-
Morro do Cruzeiro I	(i)	195	-	-	-
Morro do Cruzeiro II	(i)	71	-	-	-
Novo Horizonte Energética S.A.	(i)	5.802	347	-	-
Oslo III S.A.	(i)	358	3.968	-	-
Oslo VI S.A.	(i)	-	1	-	-
Oslo VII S.A.	(i)	51	62	-	-
Passos Maia Energética S.A.	(i)	40	1.290	315	1.406
Santa Laura S.A.	(i)	3.122	2.041	-	-
Santa Rosa S.A.	(i)	15.635	2.042	-	-
Seabra Energética S.A.	(i)	4.812	78	-	-
Santa Fé Energia S.A.	(i)	104	77	-	-
Ventos de Santa Eugênia S.A.	(i)	228	228	-	-
Ventos de São Vitorino S.A.	(i)	804	786	-	-
Statkraft Comercialização de Energia	(iii)	-	-	-	-
Statkraft Investimentos Ltda	(ii)	7	9	7	9
Statkraft Energia do Brasil Ltda.	(ii)	314	333	390	333
Statkraft AS	(ii)	161	-	161	-
NSL Tidong Power Generation	(ii)	13	15	13	15
Statkraft Chile Inversiones Electricas Ltda	(ii)	332	195	332	195
Statkraft Peru SA	(ii)	54	-	54	-
		42.208	19.222	1.272	1.958
Dividendos a receber					
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas		11.537	-	11.537	-
Esmeralda S.A.		9.238	8.784	-	-
Macaúbas Energética S.A.		2.962	2.340	-	-
Moinho S.A.		1.497	5.663	-	-
Novo Horizonte Energética S.A.		4.129	3.346	-	-
Oslo I S.A.		371	-	-	-

Oslo II S.A.	84	-	-	-
Passos Maia Energética S.A.	1.096	2.982	1.096	2.982
Seabra Energética S.A.	3.783	3.348	-	-
Santa Laura S.A.	5.971	5.494	-	-
Santa Rosa S.A.	13.077	12.674	-	-
Santa Fé Energia S.A.	9.143	7.685	-	-
Statkraft Comercialização de Energia	2.157	6	-	-
	<u>65.045</u>	<u>52.322</u>	<u>12.633</u>	<u>2.982</u>
Ativo não circulante				
Mútuos				
Água Quente Ltda.	(iv) 7.002	6.029	7.002	6.029
Bom Retiro S.A.	(iv) 4.394	3.989	4.394	3.989
Provisão para perdas estimadas com créditos	(v) (11.396)	(10.018)	(11.396)	(10.018)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do Ativo	69.253	71.544	13.905	4.940
	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Passivo circulante				
Partes relacionadas				
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas	465	-	465	-
DFESA- Dona Francisca Energética S.A.	125	-	125	-
Statkraft AS	(vi) 348	485	347	1.428
Macaúbas Energética S.A.	(viii) -	13	-	-
Statkraft Energia do Brasil Ltda.	(ix) 1.306	3.483	2.831	3.483
Statkraft investimentos Ltda.	(vii) 66.797	56.464	66.797	56.464
Passos Maia Energética S.A.	(viii) -	7	316	34
Moinho S.A.	(viii) 2.187	1	-	-
Santa Laura S.A.	(viii) -	1	-	-
Esmeralda S.A.	(viii) -	(6)	-	-
	<u>71.228</u>	<u>60.448</u>	<u>70.881</u>	<u>61.409</u>
Dividendos a pagar				
Statkraft investimentos Ltda.	9.185	7.092	9.185	7.092
FUNCEF	2.111	1.630	2.111	1.630
Total dividendos a pagar	<u>11.296</u>	<u>8.722</u>	<u>11.296</u>	<u>8.722</u>
Total do Passivo	<u>82.524</u>	<u>69.170</u>	<u>82.177</u>	<u>70.131</u>

- (i) Saldos a receber pela prestação de serviços compartilhados, serviços de O&M (operação e manutenção) entre controladora e suas investidas no Brasil e redução de capital.
- (ii) Saldos a receber pela prestação de serviços de partes relacionadas no Brasil e no exterior, principalmente por posição de profissionais regionais.
- (iii) Saldo a receber referente a operações de compra de energia como estratégia comercial.
- (iv) Saldo de mútuos mantidos com as partes relacionadas Água Quente e Bom Retiro, com prazo indeterminado e juros vinculados aos índices de IPCA e IGPM, respectivamente.
- (v) Provisão para perda ao valor recuperável de saldos de mútuos com as partes relacionadas Água Quente e Bom Retiro, que estão com as suas operações descontinuadas.
- (vi) Saldos a pagar referente serviços tomados de partes relacionadas no exterior.

(vii) Saldo de mútuo devido pela Companhia à acionista Statkraft Investimentos Ltda., com prazo indeterminado e juros remuneratórios vinculados ao CDI. A liquidação deste mútuo está sendo avaliada pelos acionistas representantes dessas companhias.

(viii) Saldo a pagar referente a prestação de serviços compartilhados com partes relacionadas no Brasil.

(ix) Saldo a pagar referente a operações de compra de energia como estratégia comercial.

A seguir, as transações ocorridas no resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Receita de serviços com partes relacionadas				
Energen Energias Renováveis S.A.	1.330	1.692	-	-
Esmeralda S.A.	1.594	1.160	-	-
Macaúbas Energética S.A.	3.509	2.879	-	-
Moinho S.A.	975	1.033	-	-
Morro do Cruzeiro I	685	-	-	-
Morro do Cruzeiro II	45	-	-	-
Novo Horizonte Energética S.A.	3.532	2.514	-	-
Oslo III S.A.	2.588	10.709	-	-
Oslo VI S.A.	-	1	-	-
Passos Maia Energética S.A.	1.627	1.021	1.627	1.021
Santa Laura S.A.	1.307	1.054	-	-
Santa Rosa S.A.	1.813	1.481	-	-
Seabra Energética S.A.	3.491	2.477	-	-
Santa Fé Energia S.A.	1.302	2.810	-	-
Ventos de São Vitorino S.A.	103	1.214	-	-
Statkraft Investimentos Ltda	127	117	127	117
Statkraft Energia do Brasil Ltda.	37	142	37	142
Statkraft AS	233	-	233	-
Statkraft Chile Inversiones Electricas Ltda	11	-	11	-
Statkraft Peru SA	642	-	642	-
	<u>24.951</u>	<u>30.304</u>	<u>2.677</u>	<u>1.280</u>

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Receita na revenda de mercadorias				
Macaúbas Energética S.A.	152	911	-	-
Novo Horizonte Energética S.A.	77	591	-	-
Seabra Energética S.A.	8	425	-	-
	<u>237</u>	<u>1.927</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Receita na venda de energia elétrica				
Statkraft Energia do Brasil Ltda.	1.913	23.106	1.913	23.106
Moinho S.A.	72	246	-	-
Statkraft Comercialização de Energia	6.625	-	-	-
Santa Fé Energia S.A.	8	-	794	-
	<u>8.618</u>	<u>23.352</u>	<u>2.707</u>	<u>23.106</u>

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Custo na compra de energia elétrica				
Statkraft Energia do Brasil Ltda.	(15.127)	(85.957)	(15.127)	(85.957)
Statkraft Comercialização de Energia	(7.417)	-	-	-
Passos Maia Energética S.A.	-	-	(919)	-
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas	(5.988)	-	(5.988)	-
Dona Francisca Energética S.A.	(1.470)	-	(1.470)	-
	<u>(30.002)</u>	<u>(85.957)</u>	<u>(23.504)</u>	<u>(85.957)</u>

As transações acima referem-se a receitas de O&M, compartilhamento de custos, revenda de materiais de estoque e compra e venda de energia de acordo com a estratégia comercial. As receitas de O&M são reconhecidas no grupo de receita líquida na controladora e a recuperação dos custos compartilhados é reconhecida como redutora no grupo de despesas gerais e administrativas.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Despesas com prestação de serviços				
Energen Energias Renováveis S.A.	(14)	-	-	-
Esmeralda S.A.	(11)	(53)	-	-
Santa Rosa S.A.	-	(17)	-	-
Statkraft AS	(1.568)	(377)	(1.568)	(377)
Moinho S.A.	(1)	(127)	(1)	-
Macaúbas Energética S.A.	-	(274)	-	-
Passos Maia Energética S.A.	-	(5)	-	(5)
	<u>(1.594)</u>	<u>(853)</u>	<u>(1.569)</u>	<u>(382)</u>

10.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração, que inclui os conselheiros e diretores estatutários, totalizou R\$10.829 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e R\$9.178 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, correspondendo a benefícios de curto prazo e encargos previdenciários. A Companhia não possui pessoal-chave que não seja estatutário e também não possui planos de remuneração pós-emprego, de rescisão, ou baseada em ação ou outros benefícios de longo prazo.

11. INVESTIMENTOS AO VALOR JUSTO

Os respectivos investimentos abaixo estão relacionados a entidades sobre as quais a Companhia não possui influência significativa nos seus respectivos negócios e são reconhecidos a valor justo:

Outras participações	Participação %	31.12.2022	31.12.2021
Companhia Energética Rio das Antas - CERAN	5,00	-	75.804
Dona Francisca Energética S.A. - DFESA	2,12	7.571	8.630
		<u>7.571</u>	<u>84.434</u>

O valor justo desses investimentos é baseado no *enterprise value*, que consiste em um fluxo de caixa descontado e ajustado pela dívida líquida.

A movimentação dos investimentos ao valor justo é assim demonstrada:

	Controladora e Consolidado
Em 1 de janeiro de 2021	40.476
Ajuste de avaliação patrimonial ⁽¹⁾	<u>43.958</u>
Em 31 de dezembro de 2021	84.434
Ajuste de avaliação patrimonial ⁽¹⁾	(25.299)
Reclassificação	<u>(51.564)</u>
Em 31 de dezembro de 2022	<u>7.571</u>

- ⁽¹⁾ A movimentação do ajuste de avaliação patrimonial apresentada nesta nota explicativa está bruta dos tributos diferidos, sendo o montante líquido, em 31 de dezembro de 2022, R\$16.697 negativo (em 31 de dezembro de 2021, R\$29.012 positivo).

Em 15 de fevereiro de 2022, conforme Despacho Nº 426 publicado no Diário Oficial da União, a ANEEL no uso de suas atribuições aprovou no requerimento interposto pela Companhia Energética Rio das Antas S.A. – CERAN, a cessão dos Contratos Bilaterais-CBRs:, CER-PA/2002 209-1 e CER-PI/2002 2101, para a CPFL Geração de Energia S.A. e a Statkraft Energias Renováveis S.A.

Diante da Cessão expressa e aprovada pela ANEEL, a SKER passa a ser detentora de 7,14% dos contratos CBRs, que tem com contraparte a CPFL Paulista e CPFL Piratininga. A soma destes dois contratos corresponde a um volume médio de 5,174429 MWm, que compreende o período de fevereiro de 2022 a dezembro de 2027.

Adicionalmente, a CERAN realizou a cessão do contrato bilateral CER-CO/2005 com a CPFL Comercialização para a SKER. Através dessa cessão a Companhia passou a deter 7,14% do volume contratado que corresponde a 0,367211 MWm, com prazo de fornecimento de fevereiro de 2022 a dezembro de 2027.

Em fevereiro de 2022 a SKER firmou um contrato bilateral no ambiente ACL de compra de energia com a Ceran, que corresponde a um volume médio de 5,541640 MWm com início de fornecimento em fevereiro de 2022 e término em dezembro de 2027.

Em 30 de junho de 2022, a Companhia concluiu que a adequada classificação e mensuração do percentual de investimento de 5% mantido na CERAN deveria ser em conta de Investimentos e avaliados pelo método de equivalência patrimonial e não como um Instrumento financeiro mensurado ao valor justo, uma vez que as condições descritas no estatuto da Ceran e também em seu acordo de acionista, resultam na existência de influência significativa nessa investida, principalmente pelo direito de indicação de um dos cinco membros do conselho de administração da investida considerando que suas decisões mais relevantes devem ser aprovadas no âmbito deste conselho, com no mínimo 80% dos votos, provendo à SKER a oportunidade de influenciar de forma relevante as principais decisões da Ceran. Diante do exposto, a partir de 30 de junho de 2022 o saldo de investimento de Ceran está sendo apresentado como investimento em coligada sob o método de equivalência patrimonial.

12. INVESTIMENTOS

A composição e movimentação dos investimentos em empresas controladas, coligadas e controladas em conjunto são assim demonstradas:

	31.12.2021	Resultado de equivalência patrimonial					Dividendos destinados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Outras movimentações em Investimentos (ii)	31.12.2022
		Resultado do exercício	Amortização de juros capitalizados e lucros não realizados (i)	Amortização de mais valia de ativos	Aporte de capital	Redução de capital				
Passos Maia Energética S.A. (controlada em conjunto)	46.892	4.613	-	-	-	-	(12.364)	-	-	39.141
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas	-	15.936	-	-	-	-	-	-	(1.789)	14.147
Total consolidado	46.892	20.549	-	-	-	-	(12.364)	-	(1.789)	53.288
Energen Energias Renováveis S.A.	101.176	1.453	(110)	-	-	-	-	-	-	102.519
Esmeralda S.A.	39.986	36.954	6	-	-	(5.500)	(34.055)	-	-	37.391
Macaúbas Energética S.A.	91.860	12.471	(114)	-	-	(4.000)	(9.546)	-	-	90.671
Moinho S.A.	74.431	6.304	29	-	-	-	(11.834)	-	-	68.930
Morro Cruzeiro I S.A.	41.557	(2.980)	-	-	79.348	-	-	(41.543)	-	76.382
Morro Cruzeiro II S.A.	31.348	(2.014)	-	-	57.966	-	-	(31.333)	-	55.967
Novo Horizonte Energética S.A.	84.510	17.384	(132)	-	-	(5.500)	(13.531)	-	-	82.731
Oslo I S.A.	124.601	(2.403)	-	-	69.991	-	-	(42.952)	283	149.520
Oslo II S.A.	57.525	(1.105)	-	-	38.305	-	-	(8.726)	157	86.156
Oslo III S.A.	136.339	(5.309)	-	-	113.575	-	-	(7.049)	440	237.996
Oslo IV S.A.	90.857	(276)	-	-	100.738	-	-	(34.793)	346	156.872
Oslo IX S.A.	61.584	1.562	-	-	78.226	-	(371)	(19.065)	252	122.188
Oslo V S.A.	81.777	(999)	-	-	96.183	-	-	(13.109)	346	164.198
Oslo VI S.A.	53.221	(744)	-	-	53.736	-	-	(13.431)	189	92.971
Oslo VII S.A.	(3)	(20)	-	-	55	-	-	-	-	32
Oslo VIII S.A.	47.017	(954)	-	-	39.210	-	-	(2.731)	157	82.699
Oslo X S.A.	65.752	355	-	-	74.159	-	(84)	(24.321)	252	116.113
Oslo XI S.A.	20	(8)	-	-	-	-	-	-	-	12
Oslo XII S.A.	20	(8)	-	-	-	-	-	-	-	12
Oslo XIII S.A.	20	(8)	-	-	-	-	-	-	-	12
Oslo XIV S.A.	0	(8)	-	-	-	-	-	-	20	12
Passos Maia Energética S.A.	50.432	4.613	-	-	-	-	(12.364)	-	-	42.681
Santa Fé Energia S.A.	268.738	38.504	-	(11.176)	-	-	(44.022)	-	763	252.807
Santa Laura S.A.	37.162	23.883	9	-	-	(3.000)	(20.846)	-	-	37.208
Santa Rosa S.A.	85.237	52.609	57	-	-	(15.500)	(49.903)	-	-	72.500
Seabra Energética S.A.	84.217	15.926	(97)	-	-	(4.500)	(12.174)	-	-	83.372
Serra da Mangabeira S.A.	85.887	(934)	-	-	75.415	-	-	(3.138)	441	157.671
Statkraft Comercialização de Energia SA	2.017	9.051	-	-	9.016	-	(2.150)	-	-	17.934
Ventos de Santa Eugênia Energias Renováveis S.A.	25	(216)	-	-	-	-	-	-	191	-
Ventos de São Vitorino Energias Renováveis S.A.	-	(377)	-	-	1.612	-	-	(357)	(878)	-
CERAN – Companhia Energética Rio das Antas	-	15.936	-	-	-	-	-	-	(1.789)	14.147
Total controladora	1.797.313	218.642	(352)	(11.176)	887.535	(38.000)	(210.878)	(242.548)	1.170	2.401.704

(i) Amortização de serviços e juros capitalizados durante o período de implantação das subsidiárias, realizada conforme prazo de autorização das usinas.

(ii) Reclassificação das variações que compõem o patrimônio líquido negativo apurado para o período das controladas Ventos de Santa Eugênia, Ventos de São Vitorino e Oslo VII; juros capitalizáveis sobre empréstimos tomados para o projeto Ventos de Santa Eugênia no montante de R\$2.863 e reconhecimento do investimento Ceran conforme proporção de participação no patrimônio líquido da investida.

	31.12.2020	Resultado de equivalência patrimonial					Dividendos destinados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Outras movimentações em Investimentos (ii)	31.12.2021
		Resultado do exercício	Amortização de juros capitalizados e lucros não realizados (i)	Amortização de mais valia de ativos	Aporte de capital	Redução de capital				
Passos Maia Energética S.A. (controlada em conjunto)	48.714	12.555	-	-	-	(2.500)	(11.877)	-	-	46.892
Total consolidado	48.714	12.555	-	-	-	(2.500)	(11.877)	-	-	46.892
Passos Maia Energética S.A. (controlada em conjunto)	52.255	12.555	-	-	-	(2.500)	(11.878)	-	-	50.432
Energen Energias Renováveis S.A.	105.011	(3.778)	(57)	-	-	-	-	-	-	101.176
Esmeralda S.A.	38.403	35.134	12	-	-	(7.000)	(26.563)	-	-	39.986
Macaúbas Energética S.A.	101.440	9.851	(60)	-	-	(15.000)	(4.371)	-	-	91.860
Moinho S.A.	71.632	23.846	43	-	-	(14.000)	(7.090)	-	-	74.431
Morro do Cruzeiro I S.A.	-	(6)	-	-	20	-	-	41.543	-	41.557
Morro do Cruzeiro II S.A.	-	(5)	-	-	20	-	-	31.333	-	31.348
Novo Horizonte Energética S.A.	86.567	14.088	(68)	-	-	(8.000)	(8.077)	-	-	84.510
Oslo I S.A.	71.282	(926)	-	-	2.163	-	-	51.432	650	124.601
Oslo II S.A.	39.677	(351)	-	-	1.706	-	-	16.132	361	57.525
Oslo III S.A.	117.625	(1.841)	-	-	720	-	-	18.824	1.011	136.339
Oslo IV S.A.	7.367	(1.407)	-	-	4.691	-	-	79.411	794	90.857
Oslo V S.A.	7.364	(1.596)	-	-	5.956	-	-	69.259	794	81.777
Oslo VI S.A.	4.050	(777)	-	-	7.483	-	-	42.032	433	53.221
Oslo VII S.A.	48	(50)	-	-	-	-	-	-	-	(2)
Oslo VIII S.A.	28.616	(833)	-	-	6.225	-	-	12.646	361	47.015
Oslo IX S.A.	5.571	(1.270)	-	-	6.750	-	-	49.956	578	61.584
Oslo X S.A.	5.428	(930)	-	-	5.918	-	-	54.759	578	65.753
Oslo XI S.A.	-	-	-	-	20	-	-	-	-	20
Oslo XII S.A.	-	-	-	-	20	-	-	-	-	20
Oslo XIII S.A.	-	-	-	-	20	-	-	-	-	20
Oslo XIV S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santa Fé Energia S.A.	287.944	32.359	-	(11.179)	-	-	(31.227)	-	(9.159)	268.738
Santa Laura S.A.	38.264	21.976	16	-	-	(8.000)	(15.094)	-	-	37.162
Santa Rosa S.A.	81.297	50.998	80	-	-	(10.000)	(37.138)	-	-	85.237
Seabra Energética S.A.	86.113	14.095	(51)	-	-	(8.000)	(7.940)	-	-	84.217
Serra da Mangabeira S.A.	9.460	(1.686)	-	-	6.433	-	-	70.669	1.011	85.887
Statkraft Comercialização de Energia S.A.	-	23	-	-	2.000	-	(6)	-	-	2.017
Ventos de Santa Eugênia Energias Renováveis S.A.	109	(84)	-	-	-	-	-	-	-	25
Ventos de São Vitorino Energias Renováveis S.A.	-	(3.407)	-	-	670	-	-	2.131	606	-
Total controladora	1.245.523	195.978	(85)	(11.179)	50.815	(72.500)	(149.384)	540.127	(1.982)	1.797.313

(i) Amortização de serviços e juros capitalizados durante o período de implantação das subsidiárias, realizada conforme prazo de autorização das usinas.

(ii) Reclassificação das variações que compõem o patrimônio líquido negativo apurado para o período da controlada Ventos de São Vitorino; juros capitalizáveis sobre empréstimos tomados para o projeto Ventos de Santa Eugênia no montante de R\$6.572 e impairment de goodwill da investida Santa Fé no montante de (R\$9.159).

As principais informações das participações societárias mantidas estão resumidas a seguir:

31 de dezembro de 2022	Participação no capital social - %	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do período	Amortização de mais valia de ativos	Equivalência patrimonial ajustada com os lucros realizados dos ativos
Empresas controladas							
Energen Energias Renováveis S.A.	100	108.706	7.388	99.864	1.453	-	1.343
Esmeralda S.A.	100	53.905	1.708	15.243	36.954	-	36.960
Macaúbas Energética S.A.	100	103.597	7.215	83.911	12.471	-	12.357
Moinho S.A.	100	80.767	9.741	64.722	6.304	-	6.333
Morro do Cruzeiro I S.A.	100	83.219	6.836	79.362	(2.980)	-	(2.980)
Morro do Cruzeiro II S.A.	100	58.303	2.336	57.981	(2.014)	-	(2.014)
Novo Horizonte Energética S.A.	100	96.329	5.394	73.551	17.384	-	17.252
Oslo I S.A.	100	257.977	109.389	150.991	(2.403)	-	(2.403)
Oslo II S.A.	100	146.515	58.476	89.143	(1.105)	-	(1.105)
Oslo III S.A.	100	428.492	191.847	241.954	(5.309)	-	(5.309)
Oslo IV S.A.	100	290.570	130.435	160.411	(276)	-	(276)
Oslo V S.A.	100	287.107	124.049	164.056	(999)	-	(999)
Oslo VI S.A.	100	151.642	64.889	87.498	(744)	-	(744)
Oslo VII S.A.	100	83	51	52	(20)	-	(20)
Oslo VIII S.A.	100	141.533	59.353	83.135	(954)	-	(954)
Oslo IX S.A.	100	217.385	95.656	120.167	1.562	-	1.562
Oslo X S.A.	100	204.742	89.374	115.013	355	-	355
Oslo XI S.A.	100	12	-	20	(8)	-	(8)
Oslo XII S.A.	100	12	-	20	(8)	-	(8)
Oslo XIII S.A.	100	12	-	20	(8)	-	(8)
Oslo XIV S.A.	100	12	-	20	(8)	-	(8)
Santa Fé Energia S.A.	100	147.006	2.758	105.744	38.504	(11.176)	27.328
Santa Laura S.A.	100	47.425	1.142	22.400	23.883	-	23.892
Santa Rosa S.A.	100	103.453	1.560	49.284	52.609	-	52.666
Seabra Energética S.A.	100	95.613	5.021	74.665	15.926	-	15.829
Serra da Mangabeira S.A.	100	314.925	158.709	157.150	(934)	-	(934)
Statkraft Comercialização de Energia S.A.	100	51.182	32.098	10.034	9.051	-	9.051
Ventos de Santa Eugênia Energias Renováveis S.A.	100	37	228	25	(216)	-	(216)
Ventos de São Vitorino Energias Renováveis S.A.	100	350	804	(77)	(377)	-	(377)
Participação nos lucros de controladas							186.565
Empresa coligada							
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas	5	840.147	781.735	240.000	58.412	-	15.936
Empresa controlada em conjunto							
Passos Maia Energética S.A. (controlada em conjunto)	50	106.612	(26.139)	(71.247)	(9.226)	-	4.613
Participação nos lucros de coligadas							20.549
Participação total nos lucros de coligadas e controladas							207.114

31 de dezembro de 2021	Participação no capital social - %	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do período	Amortização de mais valia de ativos	Equivalência patrimonial ajustada com os lucros realizados dos ativos
Empresas controladas							
Energen Energias Renováveis S.A.	99,99	107.844	7.988	103.643	(3.778)	-	(3.836)
Esmeralda S.A.	100	52.296	3.453	13.705	35.138	-	35.146
Macaúbas Energética S.A.	100	102.621	9.787	82.983	9.851	-	9.791
Moinho S.A.	100	85.546	4.824	56.876	23.846	-	23.889
Novo Horizonte Energética S.A.	100	91.661	5.362	72.211	14.088	-	14.020
Oslo I S.A.	100	195.855	71.903	124.877	(926)	-	(926)
Oslo II S.A.	100	109.923	50.359	59.915	(351)	-	(351)
Oslo III S.A.	100	259.437	124.009	137.269	(1.841)	-	(1.841)
Oslo IV S.A.	100	152.662	58.196	95.874	(1.407)	-	(1.407)
Oslo V S.A.	100	132.214	51.231	82.579	(1.596)	-	(1.596)
Oslo VI S.A.	100	67.957	20.765	47.970	(777)	-	(777)
Oslo VII S.A.	100	60	63	47	(50)	-	(50)
Oslo VIII S.A.	100	72.964	26.308	47.489	(833)	-	(833)
Oslo IX S.A.	100	91.523	30.517	62.276	(1.270)	-	(1.270)
Oslo X S.A.	100	100.181	35.007	66.105	(930)	-	(930)
Santa Fé Energia S.A.	100	149.567	1.260	115.947	32.359	(11.179)	21.180
Santa Laura S.A.	100	45.952	3.183	20.793	21.976	-	21.992
Santa Rosa S.A.	100	102.019	3.235	47.786	50.998	-	51.078
Seabra Energética S.A.	100	90.937	4.533	72.309	14.095	-	14.044
Serra da Mangabeira S.A.	100	149.201	64.328	86.559	(1.686)	-	(1.686)
Statkraft Comercialização de Energia S.A.	100	1.327	304	1.000	23	-	23
Ventos de Santa Eugênia Energias Renováveis S.A.	100	328	303	109	(84)	-	(84)
Ventos de São Vitorino Energias Renováveis S.A.	100	143	1.475	2.075	(3.407)	-	(3.407)
Oslo XI S.A.	100	20	-	20	(0)	-	-
Oslo XII S.A.	100	20	-	20	(0)	-	-
Oslo XIII S.A.	100	20	-	20	(0)	-	-
Oslo XIV S.A.	100	20	-	20	(0)	-	-
Morro do Cruzeiro I S.A.	100	42.474	917	41.563	(6)	-	(6)
Morro do Cruzeiro II S.A.	100	32.063	714	31.353	(5)	-	(5)
Participação nos lucros de controladas							172.159
Empresa controlada em conjunto							
Passos Maia Energética S.A.	50	105.602	5.855	74.637	25.110	-	12.555
Participação nos lucros de coligadas							12.555
Participação total nos lucros de coligadas e controladas							184.714

A Companhia também possui 20% de participação na Usina Hidrelétrica Cubatão S.A. A empresa constituída para este investimento encontra-se atualmente em fase de encerramento pelos acionistas tendo seu projeto de desenvolvimento devolvido para ANEEL. Decorrente da inviabilidade do projeto este investimento encontra-se totalmente reduzido ao seu valor recuperável que para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é zero.

13. IMOBILIZADO

Controladora									
	Taxa média de depreciação a.a.	Custo histórico	Impairment (*)	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Impairment (*)	Depreciação acumulada	Valor líquido
		31.12.2022				31.12.2021			
Terrenos	4,40%	8.733	(118)	(3.012)	5.603	8.734	(118)	(2.782)	5.834
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2,81%	408.769	(8.734)	(154.038)	245.997	411.566	(8.734)	(145.607)	257.225
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	3,51%	55.324	(4.787)	(21.860)	28.677	55.167	(4.787)	(19.679)	30.701
Máquinas e Equipamentos	5,48%	296.565	(10.246)	(139.873)	146.446	292.094	(10.246)	(123.332)	158.516
Linhas de transmissão	6,38%	2.796	(74)	(1.289)	1.433	2.795	(74)	(1.142)	1.579
Outros ativos	7,72%	13.586	(57)	(6.464)	7.065	13.541	(57)	(5.422)	8.062
Imobilizado em curso	0,00%	33.324	-	-	33.324	28.078	-	-	28.078
Arrendamentos	15,19%	12.940	-	(5.769)	7.171	13.751	-	(5.015)	8.736
		832.037	(24.016)	(332.305)	475.716	825.726	(24.016)	(302.979)	498.731
Consolidado									
	Taxa média de depreciação a.a.	Custo histórico	Impairment (*)	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Impairment (*)	Depreciação acumulada	Valor líquido
		31.12.2022				31.12.2021			
Terrenos	2,44%	26.731	(118)	(8.351)	18.262	26.731	(118)	(7.864)	18.749
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2,22%	715.713	(8.734)	(275.335)	431.644	712.540	(8.734)	(258.936)	444.870
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2,57%	116.406	(4.787)	(44.894)	66.725	115.330	(4.787)	(41.767)	68.776
Máquinas e Equipamentos	4,00%	528.949	(10.246)	(240.859)	277.844	551.059	(10.246)	(219.744)	321.069
Linhas de transmissão	3,98%	22.135	(74)	(8.367)	13.694	22.135	(74)	(7.488)	14.573
Aerogeradores	5,66%	645.510	(19.154)	(290.458)	335.898	561.510	(19.154)	(259.148)	283.208
Outros ativos	7,23%	17.555	(57)	(8.531)	8.967	17.508	(57)	(7.319)	10.132
Imobilizado em curso	0,00%	2.478.872	-	-	2.478.872	1.378.768	-	-	1.378.768
Arrendamentos	14,94%	20.044	-	(8.047)	11.997	20.856	-	(6.238)	14.618
		4.571.915	(43.170)	(884.842)	3.643.903	3.406.437	(43.170)	(808.504)	2.554.763

(*) A provisão de perda ao valor recuperável é composta por R\$ 19.154 registrada sobre o ativo imobilizado da investida Energen e R\$ 24.016 sobre os ativos da Companhia. Em 2022, não foram identificados indicativos de redução ao valor recuperável dos ativos e, portanto, não foram registradas provisões para perda.

	Controladora								
	Terrenos	Reservatórios, Barragens e Adutoras	Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Linhas de transmissão	Outros ativos	Imobilizado em curso	Arrendamentos	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2021	6.271	232.005	38.347	187.939	1.838	11.005	21.752	10.203	509.360
Adições	-	-	-	-	-	7.249	52.994	-	60.243
Transferências	-	34.726	-	591	-	104	(38.119)	2.698	-
Depreciação	(437)	13.498	(7.559)	(29.871)	(259)	(8.891)	-	(1.883)	(35.402)
Baixas	-	(23.004)	(87)	(143)	-	(1.405)	(8.549)	(2.282)	(35.470)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.834	257.225	30.701	158.516	1.579	8.062	28.078	8.736	498.731
Adições	-	-	-	-	-	-	7.187	330	7.517
Transferências	(2)	(1.634)	-	3.518	1	56	(1.941)	2	-
Depreciação	(229)	(9.594)	(2.024)	(15.588)	(147)	(1.009)	-	(1.897)	(30.488)
Baixas	-	-	-	-	-	(44)	-	-	(44)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.603	245.997	28.677	146.446	1.433	7.065	33.324	7.171	475.716

	Consolidado									
	Terrenos	Reservatórios , Barragens e Aduadoras	Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Linhas de transmissão	Aerogera dores	Outros ativos	Imobilizado em curso	Arrenda mentos	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2021	18.855	425.740	75.611	326.165	15.558	315.038	13.315	357.366	14.167	1.561.815
Adições (**)	-	-	-	-	-	-	-	1.106.822	-	1.106.822
Transferências	594	35.340	1.919	31.131	-	100	92	(76.280)	7.083	(21)
Depreciação	(700)	6.794	(8.667)	(36.085)	(985)	(31.930)	(1.625)	-	(2.721)	(75.919)
Baixas	-	(23.004)	(87)	(142)	-	-	(1.650)	(9.140)	(3.911)	(37.934)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	18.749	444.870	68.776	321.069	14.573	283.208	10.132	1.378.768	14.618	2.554.763
Adições (**)	-	-	-	-	-	-	-	1.180.424	330	1.180.754
Transferências	-	3.173	1.077	(22.200)	-	85.198	67	(67.315)	-	-
Transferências intangível	-	-	-	-	-	-	-	(342)	-	(342)
Depreciação	(487)	(16.399)	(3.128)	(21.025)	(879)	(32.023)	(1.188)	-	(2.951)	(78.080)
Baixas	-	-	-	-	-	(485)	(44)	(12.663)	-	(13.192)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	18.262	431.644	66.725	277.844	13.694	335.898	8.967	2.478.872	11.997	3.643.903

(**) As adições no período têm como parte relevante de sua composição os valores pagos pelas subsidiárias envolvidas no projeto Ventos de Santa Eugênia ao fornecedor de turbinas para início da construção do parque eólico conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

a) Custo de remoção de imobilizado

Os gastos de desmobilização foram mensurados com base em estimativas e tem como base as informações disponíveis para os custos de desmontagem dos equipamentos e obras civis, inflacionados e descontados à taxa média de custo de capital de cada empreendimento. A provisão de desmobilização dos parques eólicos é parte do custo de imobilizado. Com relação a constituição desta provisão para os ativos em construção, a mesma é realizada de acordo com o andamento da obra.

O saldo de provisão para remoção de imobilizado é apresentado da seguinte forma:

	Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021
UEE Energen	3.843	3.659
UEE Macaúbas	3.172	3.020
UEE Novo Horizonte	2.719	2.589
UEE Seabra	2.719	2.589
UEE Oslo I	1.988	8.260
UEE Oslo II	1.119	4.078
UEE Oslo III	3.116	10.131
UEE Oslo IV	2.229	6.086
UEE Oslo V	1.051	5.250
UEE Oslo VI	585	2.869
UEE Oslo VIII	1.086	3.066
UEE Oslo IX	779	3.849
UEE Oslo X	776	4.206
UEE Serra da Mangabeira	1.313	6.285
Total	26.495	65.937

14. INTANGÍVEL

	Controladora								
	Taxa média de depreciação a.a.	Custo histórico	Impairment	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Impairment	Amortização acumulada	Valor líquido
	31.12.2022					31.12.2021			
Direito de Softwares	18,68%	5.312	(1)	(3.623)	1.688	4.610	(1)	(3.036)	1.573
Ágio	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
Mais valia de contratos	6,98%	75.594	(3.502)	(45.340)	26.752	75.794	(3.502)	(34.775)	37.517
Uso do bem público	5,76%	57.010	-	(31.834)	25.176	57.010	-	(28.551)	28.459
Outros Intangíveis	11,04%	67.621	(21)	(9.630)	57.970	67.420	(21)	(2.070)	65.329
Projetos em desenvolvimento	0,00%	129.992	-	-	129.992	129.994	-	-	129.994
		335.529	(3.524)	(90.427)	241.578	334.828	(3.524)	(68.432)	262.872

	Consolidado								
	Taxa média de depreciação a.a.	Custo histórico	Impairment	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Impairment	Amortização acumulada	Valor líquido
	31.12.2022					31.12.2021			
Direito de Softwares	19,21%	10.730	(1)	(8.122)	2.607	10.025	(1)	(6.592)	3.432
Ágio	0,00%	46.594	(9.159)	-	37.435	46.595	(9.159)	-	37.436
Mais valia de contratos	10,81%	151.337	(3.502)	(68.796)	79.039	151.337	(3.502)	(52.265)	95.570
Uso do bem público	5,76%	57.010	-	(31.834)	25.176	57.010	-	(28.551)	28.459
Outros Intangíveis	9,50%	99.926	(21)	(13.010)	86.895	100.288	(21)	(3.572)	96.695
Projetos em desenvolvimento	0,00%	129.992	-	-	129.992	129.994	-	-	129.994
		495.589	(12.683)	(121.762)	361.144	495.249	(12.683)	(90.980)	391.586

	Controladora					
	Direito de Softwares	Mais valia de contratos	Uso do bem público	Outros Intangíveis	Projetos em desenvolvimento	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2021	2.167	52.697	30.328	568	129.994	215.754
Adições	2	-	-	66.637	-	66.639
Amortização	(596)	(15.180)	(1.869)	(1.876)	-	(19.521)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.573	37.517	28.459	65.329	129.994	262.872
Transferências	702	(98)	1	100	(2)	703
Amortização	(587)	(10.667)	(3.284)	(7.459)	-	(21.997)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.688	26.752	25.176	57.970	129.992	241.578

	Consolidado						
	Direito de Softwares	Ágio	Mais valia de contratos	Uso do bem público	Outros Intangíveis	Projetos em desenvolvimento	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2021	4.929	46.595	116.569	30.328	3.024	129.994	331.439
Adições	-	-	-	-	96.364	-	96.364
Transferências	-	-	-	-	21	-	21
Amortização	(1.497)	(9.159)	(20.999)	(1.869)	(2.714)	-	(36.238)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.432	37.436	95.570	28.459	96.695	129.994	391.586
Transferências	714	(1)	-	1	(370)	(2)	342
Amortização	(1.539)	-	(16.531)	(3.284)	(9.430)	-	(30.784)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.607	37.435	79.039	25.176	86.895	129.992	361.144

14.1. Ágio na aquisição de controladas

O ágio registrado contabilmente no montante de R\$37.436 é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGC) Passos Maia Energética S.A. e Santa Fé Energia S.A, conforme quadro abaixo:

Passos Maia S.A.	3.541
Santa Fé Energia S.A.	33.894
	<u>37.435</u>

O valor recuperável das UGCs foi determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração até o período de vigência de cada concessão ou autorização. Os fluxos de caixa foram projetados com base numa taxa de crescimento estipulada, conforme previsão dos contratos de compra de energia. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do mercado.

Para cada UGC com valor relevante de ágio, foram consideradas como premissas-chave aplicadas para cálculo do valor em uso a estimativa de geração para os períodos futuros, as previsões de custos operacionais, dispêndio anual para aquisição de imobilizado e a taxa de desconto.

Em 31 de dezembro de 2021 foi reconhecida uma perda sobre o valor recuperável do ágio sobre expectativa de rentabilidade futura da investida Santa Fé Energia S.A. no montante de R\$9.159. Em 2022 não foram identificadas perdas ao valor recuperável a serem registradas.

14.2. Aquisições do ativo intangível

Em decorrência da aderência às tratativas de repactuação do risco hidrológico previstas na Lei 14.052/2020, conforme mencionado na nota explicativa de nº 7, no exercício de 2021 o Grupo reconheceu o direito da extensão do prazo de concessão das usinas no ativo intangível nos montantes de R\$66.618 na controladora e R\$96.364 no consolidado.

15. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

A Companhia possui terras adquiridas com o intuito de investimento, que podem futuramente fazer parte de projetos de usinas hidrelétricas (ou pequenas centrais hidrelétricas) quais são parte de desenvolvimentos de estudos e projetos básicos, ou ainda serem negociadas com outras partes.

As movimentações nesta rubrica podem ser verificadas conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2021	15.123
Reversão parcial da provisão de valor recuperável	3.969
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>19.092</u>
Baixas	(220)
Reclassificação para ativos não circulantes mantidos para venda	<u>(16.633)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>2.239</u>

Em 2021 a Companhia reavaliou o valor justo das propriedades para investimentos através de modelagem interna, não identificando indicativos para reconhecimento de perda para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2022 não há indícios de alteração relevantes nos valores justos das propriedades para investimento.

Em 30 setembro de 2022 a Companhia reclassificou para ativo não circulante disponível para venda terras referentes a projetos descontinuados. O valor do conjunto de terras corresponde ao valor justo que é menor que seu valor contábil de custo.

16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Fornecedores de materiais e serviços	10.326	11.612	40.433	30.481
Contratos de compra de energia elétrica	590	-	27.477	-
Mercado de curto prazo a pagar	-	-	198	-
Déficit de geração aos contratos CER	-	-	1.365	1.665
Saldo a liquidar referente contratos do PROINFA	-	-	-	641
	<u>10.916</u>	<u>11.612</u>	<u>69.473</u>	<u>32.787</u>

17. FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Os financiamentos mantidos pelo Grupo são em sua totalidade oriundos dos financiamentos de construção das suas SPEs ou para aquisição de ativos, e têm sua composição assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Financiamento de obras - BNB (a)	-	-	1.011.850	412.161
Debêntures (b)	76.456	152.598	76.456	152.598
Outros Empréstimos (c)	260.709	406.215	260.709	406.215
Total	<u>337.165</u>	<u>558.813</u>	<u>1.349.015</u>	<u>970.974</u>
Apresentados como:				
Passivo circulante	184.165	227.765	184.165	244.953
Passivo não circulante	153.000	331.048	1.164.850	726.021

a) Financiamento de obras - Banco do Nordeste do Brasil S.A.

No decorrer do 4º trimestre de 2020, o Grupo celebrou junto ao BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A. contratos de financiamento no montante de até R\$1.062.724, dos quais, em 31 de dezembro de 2022, aproximadamente 90% já foram desembolsados no nível das investidas constituídas para a construção dos parques eólicos que compõem o projeto Ventos de Santa Eugênia. Os contratos possuem carência de 3 anos com juros capitalizados, garantias bancárias atreladas e prazo total de 24 anos. O custo médio ponderado dessa captação é de 1,2531% a.a. adicionado ao IPCA.

Em 9 de março de 2022, o Grupo celebrou junto ao BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A. contratos de financiamento no montante de R\$256.729 para a construção dos parques eólicos que compõem o projeto Morro do Cruzeiro. Os contratos possuem carência de 3 anos e prazo total de 22 anos. O custo de captação compreende juros de 3,6113% a.a. adicionados ao IPCA. Até o período findo em 31 de dezembro de 2022 não houve desembolsos incorridos para tais contratos.

b) Debêntures

Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia emitiu 230.000 debêntures não conversíveis em ações com garantia real a ser convolada em espécie quirografária, valor nominal unitário de R\$1 (mil reais), e prazo de vencimento de 5 anos, sendo a primeira amortização liquidada em junho de 2021. A última amortização ocorrerá em dezembro de 2023. Conforme previsto na escritura de emissão, após o atingimento de algumas condições precedentes a operação passou a não possuir garantias, o que foi atingido ainda em 2018, sendo as principais características juros

remuneratórios e “covenants” especificados a seguir:

(i) Juros remuneratórios

Sobre o valor nominal unitário ou o saldo do valor nominal unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada da taxa DI, acrescida de sobretaxa de 0,95% ao ano calculados de forma exponencial e cumulativa “pro rata temporis”, por dias úteis decorridos, desde a primeira taxa de integralização ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.

(ii) Cláusulas de Eventos de Inadimplemento

A escritura de debêntures possui cláusula que requer que, durante o período de amortização do contrato, a Companhia acompanhe em bases semestrais o índice financeiro calculado por meio da dívida líquida sobre EBITDA igual ou menor do que 3,5x. A Companhia se mantém em conformidade com a referida cláusula, tendo apurado índice de 1,7x para 31 de dezembro de 2022 (2,2x para 31 de dezembro de 2021), ou seja, está adimplente para os referidos exercícios.

c) Outros empréstimos

i) Gerenciamento de dívida

Em 20 de fevereiro de 2020, a Companhia contratou o montante de R\$255.000 com o Banco BNP Paribas Brasil. Esse contrato está amparado pela Lei 4.131 de setembro de 1962. O empréstimo foi utilizado para realizar aportes de capital nas subsidiárias da Companhia com a finalidade de liquidação de dívidas a nível das investidas junto aos bancos BNB e BNDES. A taxa de juros fixa é de 6,5% a.a., e a dívida está denominada em reais. As garantias estão atreladas aos recebíveis oriundos de alguns contratos de longo prazo de venda de energia da Companhia. Para evitar vencimento antecipado, a Companhia terá que manter seu índice de dívida líquida sobre EBITDA menor ou igual a 3,5x semestralmente, a partir de 30 de junho de 2020. A Companhia se mantém em conformidade com a referida cláusula, tendo apurado índice de 1,7x para 31 de dezembro de 2022 (2,2x para 31 de dezembro de 2021). As amortizações ocorrerão por meio de parcelas iguais e semestrais, com o primeiro vencimento em 27 fevereiro de 2023 encerrando em 27 de fevereiro de 2025.

ii) Empréstimo ponte para construção

Em 8 de setembro de 2020, a Companhia contratou o montante de R\$145.000 por meio do aditamento do contrato constante do item c.1 acima. O empréstimo foi utilizado para aportes de capital nas subsidiárias da Companhia com a finalidade construção. A taxa de juros fixa foi determinada em 4,5% a.a. e condições de amortização do principal em 8 de junho de 2022 e amortização dos juros em parcelas trimestrais iniciando em 8 de dezembro de 2020 e encerrando em 8 de junho de 2022.

O referido empréstimo ponte teve seu montante principal e juros remanescentes quitados em 08 de junho de 2022.

A movimentação dos financiamentos do Grupo pode ser assim demonstrada:

Em 1º de janeiro de 2021
Pagamento de principal

Controladora
634.448
(76.636)

Pagamento de encargos	(33.039)
Juros capitalizados	6.571
Custos e encargos financeiros apropriados ao resultado	27.469
Em 31 de dezembro de 2021	<u>558.813</u>
Pagamento de principal	(221.637)
Pagamento de encargos	(37.267)
Juros capitalizados	2.863
Custos e encargos financeiros apropriados ao resultado	34.393
Em 31 de dezembro de 2022	<u>337.165</u>

	Consolidado
Em 1º de janeiro de 2021	634.448
Captação de financiamentos	399.236
Custos e encargos a apropriar	(5.417)
Pagamento de principal	(76.636)
Pagamento de encargos	(33.039)
Juros capitalizados	26.816
Custos e encargos apropriados no resultado	25.566
Em 31 de dezembro de 2021	<u>970.974</u>
Captação de financiamentos	558.620
Custos e encargos a apropriar	(9.374)
Pagamento de principal	(221.637)
Pagamento de encargos	(37.267)
Juros capitalizados	53.306
Custos e encargos apropriados no resultado	34.393
Em 31 de dezembro de 2022	<u>1.349.015</u>

Abaixo é demonstrado o fluxo de vencimento das parcelas apresentadas no longo prazo:

Em 31 de Dezembro de 2022	2024	2025	2026	2027	Após 2027	Total
Financiamento de obras - Banco do Nordeste do Brasil S.A.	17.519	26.283	29.656	32.296	906.096	1.011.850
Outros Empréstimos	102.000	51.000	-	-	-	153.000
	<u>173.025</u>	<u>76.282</u>	<u>28.345</u>	<u>30.809</u>	<u>856.389</u>	<u>1.164.850</u>

18. CONCESSÕES A PAGAR

Refere-se integralmente à obrigação a pagar decorrente do contrato de concessão firmado com a ANEEL para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Monel, ajustado a valor presente, considerando a taxa de juros de 9,50% ao ano. A correspondente obrigação é paga em parcelas mensais, atualizadas anualmente com base na variação do IGPM, calculado pela Fundação Getúlio Vargas. A primeira parcela teve seu vencimento em setembro de 2009, data de início da operação comercial da usina, e a última terá seu vencimento em abril de 2037.

Em 1º de janeiro de 2021	96.588
Pagamentos realizados	(10.943)
Encargos financeiros apropriados ao resultado	25.175
Em 31 de dezembro de 2021	<u>110.820</u>
Pagamentos realizados	(13.598)
Encargos financeiros apropriados ao resultado	<u>16.494</u>

Em 31 de dezembro de 2022

113.716

	31.12.2022	31.12.2021
Passivo circulante	15.714	14.605
Passivo não circulante	98.002	96.215

19. ARRENDAMENTOS

A Companhia e suas controladas possuem contratos de locação de salas comerciais, veículos e terras. Esses contratos são classificados como arrendamento mercantil operacional e seus valores mínimos são reajustados anualmente, conforme índices de inflação previstos em contrato.

Em 1º de janeiro de 2019, conforme levantamento e análise dos contratos considerados no escopo da norma (CPC 06(R2)), a Companhia considerou o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo de arrendamento. A mensuração dos passivos de arrendamento compreende o fluxo futuro dos pagamentos mínimos de aluguel trazidos a valor presente pela taxa real de desconto. Tal taxa de desconto corresponde à taxa incremental sobre os empréstimos de cada empresa do Grupo com base no prazo médio de cada contrato de arrendamento.

Em 31 de dezembro de 2022, os passivos de arrendamentos estão representados na rubrica de “Arrendamentos” do balanço patrimonial e são devidos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Menos de 1 ano	3.231	2.888	4.431	4.262
Entre 2 e 5 anos	7.250	8.654	9.999	12.298
Mais de 5 anos	1.653	3.105	14.620	16.637
Total dos pagamentos mínimos	12.134	14.647	29.050	33.197
Encargos financeiros futuros	(2.292)	(2.773)	(14.323)	(15.230)
Valor presente dos pagamentos mínimos	9.842	11.874	14.727	17.967
Apresentados como:				
Circulante	3.231	2.889	4.432	4.261
Não circulante	6.611	8.985	10.295	13.706

A mensuração inicial do ativo de direito de uso, corresponde ao mesmo valor do passivo de arrendamento e é reconhecido ao valor presente. Os saldos estão representados na rubrica de imobilizado do balanço patrimonial e em nota explicativa nº 13 e podem ser apresentados conforme classes abaixo:

	Controladora				Consolidado			
	Terras	Salas Comerciais	Veículos	Total	Terras	Salas Comerciais	Veículos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	37	7.884	2.282	10.203	2.412	7.883	3.872	14.167
Adições	-	-	188	188	1.632	-	2.941	4.573
Baixas	-	-	-	-	-	-	(1.589)	(1.589)
Amortização	(2)	(975)	(906)	(1.883)	(176)	(975)	(1.610)	(2.761)
Remensuração de ativos	-	-	228	228	-	-	228	228
Saldo em 31 de dezembro de 2021	35	6.909	1.792	8.736	3.868	6.908	3.842	14.618
Adições	-	-	330	330	-	-	330	330

Amortização	(1)	(975)	(921)	(1.897)	(204)	(974)	(1.773)	(2.951)
Remensuração de ativos	-	-	2	2	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	34	5.934	1.203	7.171	3.664	5.934	2.399	11.997

20. TRIBUTOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
PIS a recolher	318	37	1.168	228
COFINS a recolher	1.530	171	5.440	1.043
ISS a recolher	42	33	99	104
ICMS a recolher	450	472	2.768	8.802
Tributos retidos a recolher	582	616	2.386	2.564
Tributos sobre importação	174	244	231	721
IOF a recolher	15	13	15	13
Total	3.111	1.586	12.107	13.475
Apresentados como:				
Passivo circulante	3.111	1.586	11.182	12.839
Passivo não circulante	-	-	925	636

21. OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Provisão para compensação ambiental	3.320	3.536	4.179	4.444
P&D (ANEEL) a pagar	2.668	1.466	2.668	1.466
Garantias financeiras prestadas	623	623	959	925
Outras contas a pagar	832	2.679	1.291	7.202
Total	7.443	8.304	9.097	14.037
Apresentados como:				
Passivo circulante	4.837	5.642	6.310	11.195
Passivo não circulante	2.606	2.662	2.787	2.842

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social da Companhia subscrito e integralizado está representado por 454.331.401 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (352.823.928 em 31 de dezembro de 2021) composto da seguinte forma:

	31.12.2022	31.12.2021
Capital social	2.620.650	1.931.910
Capital social a integralizar	-	(260.000)
	<u>2.620.650</u>	<u>1.671.910</u>

O Capital social da Companhia está distribuído conforme quadro de acionistas a seguir:

Acionistas	% do Capital Social	Quantidade de ações ordinárias	
		31.12.2022	31.12.2021
Statkraft Investimentos Ltda.	81,31	369.407.270	286.873.687
FUNCEF - Fundação dos Economistas Federais	18,69	84.924.131	65.950.241
	<u>100,00</u>	<u>454.331.401</u>	<u>352.823.928</u>

Em 15 de dezembro de 2021, foi aprovado através de AGE a subscrição de 59.012.693 ações, onde 36.824.878 foram subscritas pela acionista Statkraft Investimentos e 8.465.780 pela acionista FUNCEF. A integralização ocorreu em 14 de janeiro de 2022, no montante de R\$260.000.

Em 11 de março de 2022 a Companhia aprovou a subscrição de 101.507.473 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, distribuídas entre os subscritores da seguinte forma: (i) Statkraft Investimentos Ltda: 82.533.583 ações; e (ii) FUNCEF - Fundação dos Economistas Federais: 18.973.890. A subscrição dessas ações totaliza o valor de R\$688.740 e possui cronograma de integralização pelos acionistas conforme proporção da participação acionária da seguinte forma, todas no ano de 2022: R\$200.000 em abril, R\$415.000 em junho e R\$73.740 em outubro.

As integralizações previstas para o 2º e 3º trimestres foram realizadas em 05 de abril de 2022, 20 de junho de 2022 e 31 de outubro de 2022 nos montantes e proporções acionárias acima mencionados.

b) Dividendos

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado.
- 5% do saldo, após a apropriação da reserva legal, será destinado para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

A movimentação do saldo de dividendos no passivo e patrimônio líquido da conta de Dividendos a pagar pode ser assim demonstrada:

	Controladora e consolidado
Em 1º de janeiro de 2021	<u>2.826</u>
Reversão de dividendos obrigatórios	(2.826)
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	<u>8.722</u>
Em 31 de dezembro de 2021	<u>8.722</u>
Reversão de dividendos obrigatórios	(8.722)
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	<u>11.296</u>
Em 31 de dezembro de 2022	<u>11.296</u>

c) Reservas de lucros

Abaixo é demonstrado o detalhamento do saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2022:

	Controladora e consolidado
Reserva legal	30.460
Reserva de retenção de lucros	540.540
	<u>571.000</u>

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(ii) Reserva de retenção de lucros

Constitui a reserva de lucros com o saldo de lucros remanescentes não distribuídos no exercício para suportar investimentos futuros.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo apresentado na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial” refere-se aos ganhos ou perdas não realizados dos instrumentos financeiros patrimoniais mantidos ao valor justo, e mensurados por meio de outros resultados abrangentes, e representam a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo mensurado para a data de cada demonstração financeira, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos.

23. RECEITA LÍQUIDA

Abaixo a apresentação das receitas de acordo com CPC 47 - “Receita de Contrato” com cliente, desagregadas de acordo com o tipo de contrato.

	Controladora	
	31.12.2022	31.12.2021
Prestação de serviços	15.357	11.757
Tributos sobre a prestação de serviços	(1.917)	(1.468)
	<u>13.440</u>	<u>10.289</u>
Revenda de mercadorias	236	1.927
Tributos sobre a venda de mercadorias	(64)	(525)
	<u>172</u>	<u>1.402</u>
Geração de energia elétrica		
Contrato de Compra de Energia Regulada (CCEAR)	108.530	107.223
Contrato Ambiente de Contratação Livre (ACL)	39.262	43.560
Contrato Bilateral Regulado (CBR)	131.302	96.603
Mercado de curto prazo (CCEE)	21.372	62.854
Tributos sobre a venda de energia elétrica	(30.454)	(31.999)
	<u>270.012</u>	<u>278.239</u>

Outras Receitas		
Certificado de energia Renovável	-	172
	-	172

Receita líquida	283.624	290.102
-----------------	---------	---------

	Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021
Prestação de serviços	1.255	684
Tributos sobre a prestação de serviços	(238)	(84)
	1.017	600
Geração de energia elétrica		
Contrato de Energia de Reserva (CER)	108.155	102.221
Contrato de Compra de Energia Regulada (CCEAR)	149.667	144.903
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)	143.665	119.643
Contrato Ambiente de Contratação Livre (ACL)	366.793	62.296
Contrato Bilateral Regulado (CBR)	131.484	96.603
Mercado de curto prazo (CCEE)	30.833	80.883
Tributos sobre a venda de energia elétrica	(71.682)	(42.369)
	858.914	564.180
Outras Receitas		
Certificado de energia renovável	1.952	274
Venda de créditos de carbono	-	-
	1.952	274
Receita líquida	861.883	565.054

Outras informações contratuais são apresentadas na nota de contexto operacional destas demonstrações financeiras.

24. CUSTOS E DESPESAS

a) Custos do fornecimento de energia e serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Compra de energia elétrica no mercado de curto prazo	(46.020)	(135.604)	(304.265)	(157.109)
Repactuação do risco hidrológico (*)	-	66.618	-	96.364
Depreciação e amortização	(49.347)	(49.226)	(105.726)	(104.795)
Salários e encargos sociais	(6.939)	(6.093)	(5.490)	(3.658)
Encargos setoriais	(12.799)	(11.139)	(32.301)	(21.610)
Seguros	(4.554)	(3.524)	(18.813)	(13.560)
Serviços de terceiros	(859)	(381)	(2.011)	(1.730)
Outros	1.683	(1.790)	188	307
	(118.835)	(141.139)	(468.418)	(205.791)

(*) Em 2021, com a aderência da repactuação do risco hidrológico conforme tratativas da Lei 14.052/2020, mencionadas na nota explicativa 7, o Grupo reconheceu uma recuperação de custos na compra de energia elétrica nos montantes de R\$66.618 na controladora e R\$96.364 no consolidado.

b) Gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Serviços de terceiros	(22.312)	(17.089)	(46.996)	(32.542)
Salários e encargos sociais	(30.453)	(22.628)	(46.677)	(41.849)
Remuneração dos administradores	(10.829)	(9.178)	(10.829)	(9.178)
Encargos setoriais	(3.953)	(2.546)	(4.769)	(2.613)
Viagens e estadias	(4.658)	(1.248)	(5.878)	(1.888)
Aluguel	(1.501)	(714)	(1.580)	(1.141)
Impostos e taxas	(1.793)	(444)	(3.771)	(2.234)
Participação nos Resultados	(4.797)	(4.417)	(5.051)	(4.553)
Propaganda e publicidade	(570)	(719)	(654)	(1.171)
Depreciação e amortização	(3.138)	(3.343)	(3.138)	(3.343)
Estudos em desenvolvimento	(3.667)	(3.832)	(3.030)	(6.965)
Materiais	(1.155)	(1.212)	(4.034)	(7.779)
Outros	(2.646)	(2.397)	(5.831)	(5.212)
	<u>(91.472)</u>	<u>(69.767)</u>	<u>(142.238)</u>	<u>(120.468)</u>

c) Outras (Despesas) Receitas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Lucros cessantes e danos materiais	7.807	268	24.755	8.625
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(368)	5.384	(9.808)	9.836
Perdas com baixa de imobilizado	(264)	(26.707)	(642)	(26.720)
Reversão de provisão para perda em ativos	-	32.680	-	32.680
Provisão para perda ao valor recuperável de ativos	-	(36.699)	-	(36.699)
Outras receitas e despesas operacionais	5.895	(702)	5.602	(1.020)
	<u>13.070</u>	<u>(25.776)</u>	<u>19.907</u>	<u>(13.298)</u>

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Despesas financeiras				
Com financiamentos	(34.393)	(28.118)	(34.420)	(28.118)
IOF, multas e juros sobre tributos	(1.126)	(1.229)	(2.155)	(1.514)
Variação cambial passiva	(318)	(201)	(968)	(407)
Despesas financeiras sobre concessões a pagar	(16.494)	(27.106)	(16.494)	(27.206)
Juros sobre contrato de mútuo	(10.217)	(987)	(10.217)	(987)
Juros sobre arrendamento mercantil	(502)	(854)	(928)	(1.286)
Provisão para perda ao valor recuperável de ativos financeiros	(1.378)	(1.370)	(1.378)	(1.370)
Outras despesas financeiras	(322)	(898)	(3.844)	(440)
	<u>(64.750)</u>	<u>(60.763)</u>	<u>(70.404)</u>	<u>(61.328)</u>

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	52.067	14.930	85.827	24.389
Variação cambial ativa	532	49	652	398
Juros sobre contrato de mútuo	-	95	-	95
Juros e correções monetárias sobre provisão para contingências	-	-	-	8.814
Outras receitas financeiras	160	315	178	324
	<u>52.759</u>	<u>15.389</u>	<u>86.657</u>	<u>34.020</u>
	<u>(11.991)</u>	<u>(45.374)</u>	<u>16.253</u>	<u>(27.308)</u>

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Para o período em curso

Para fins de apuração de impostos, a controladora SKER, assim como sua controlada Statkraft Comercialização de Energia S.A., optaram pela apuração do resultado tributável observando o regime do lucro real. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidentes sobre o resultado tributável.

A conciliação do resultado de IRPJ e CSLL da controladora e suas controladas apurada para o exercício pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Lucro antes dos tributos	281.864	193.651	308.290	211.596
Alíquota nominal combinada de IRPJ e CSLL %	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL às alíquotas da legislação	(95.834)	(65.841)	(104.819)	(71.943)
Efeitos tributários sobre:				
Equivalência patrimonial	70.419	62.803	6.987	4.269
Dividendos provenientes de investimentos ao valor justo	120	303	120	303
Receitas (despesas) indedutíveis	(2.954)	11.648	(2.954)	11.648
Compensação por base fiscal negativa	8.183	-	8.183	-
Constituição (reversão) de tributos sobre prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	(24.263)	(18.766)	(24.263)	(18.766)
Diferença entre base de cálculo do lucro real e presumido	-	-	49.898	49.964
Outros	279	-	(3.628)	(3.274)
Total de tributos no resultado do exercício	<u>(44.050)</u>	<u>(9.854)</u>	<u>(70.476)</u>	<u>(27.799)</u>
Alíquota efetiva - %	<u>15,6%</u>	<u>5,1%</u>	<u>22,9%</u>	<u>13,1%</u>
Composição dos tributos no resultado				
Corrente	19.069	-	45.495	17.945
Diferido	24.981	9.854	24.981	9.854
	<u>44.050</u>	<u>9.854</u>	<u>70.476</u>	<u>27.799</u>

b) Saldos patrimoniais de imposto renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, dos ajustes de variação do valor justo financeiros e podem ser demonstrados da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Diferenças temporárias advindas de combinação de negócios	(28.321)	(32.121)	(28.321)	(32.121)
Diferenças temporárias sobre ajuste ao valor justo de investimentos (i)	(2.094)	(26.356)	(2.094)	(26.356)
Diferenças temporárias sobre depreciação, amortização e provisões	4.018	11.797	4.198	11.977
Diferenças temporárias sobre repactuação do risco hidrológico	(19.498)	(22.020)	(19.498)	(22.020)
Prejuízos fiscais recuperáveis	2.094	26.356	2.094	26.356
Saldos tributos diferidos ativo (passivo)	(43.801)	(42.344)	(43.621)	(42.164)
Apresentados como:				
Ativo não circulante	-	-	180	180
Passivo não circulante	(43.801)	(42.344)	(43.801)	(42.344)
	(43.801)	(42.344)	(43.621)	(42.164)

Para fins de apresentação do balanço patrimonial, a Companhia apresenta os saldos de impostos diferidos passivos líquidos dos saldos de impostos diferidos ativos, exceto se não tiver o direito legal executável para compensação ou se a realização dos ativos e passivos não for simultânea. A Companhia realizou estudo de recuperabilidade de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais, que serviu de base para o reconhecimento dos saldos acima apresentados.

A expectativa de realização do total de impostos diferidos nas controladas se estende até o prazo de cada concessão ou autorização, e na controladora no período de 2022 a 2030, cujas diferenças temporárias são registradas com base na expectativa de lucros tributáveis futuros.

- (i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a variação negativa de R\$ 8.601 foi registrada no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial conforme variação dos investimentos avaliados a valor justo. Adicionalmente foi reconhecida a variação negativa de R\$ 15.661 decorrente da baixa do saldo de ajuste de avaliação patrimonial sobre o investimento Ceran, conforme mencionado na nota explicativa nº 11.

27. SEGUROS

a) Seguros de responsabilidade dos administradores (D&O)

A Companhia é segurada na responsabilidade de seus administradores em apólice com vigência até 31 de dezembro de 2023.

b) Seguros de riscos operacionais

A Companhia também possui seguro contratado para os riscos operacionais de suas usinas, visando a cobertura para eventuais danos materiais e lucros cessantes, conforme valores de indenização adequados a continuidade de suas operações.

	Valores dos Bens	Valores das coberturas
Lucros cessantes	1.265.590	279.257
Danos materiais	2.705.645	597.012
	3.971.235	876.269

c) Seguro de responsabilidade civil e risco de engenharia

Adicionalmente, a Companhia possui seguro de responsabilidade civil tendo suas usinas como cosseguradas. A cobertura do seguro compreende o reembolso dos dispêndios incorridos na reparação de danos materiais e corporais causados a terceiros, ações emergenciais empreendidas com o objetivo de minorar ou evitar tais danos, assim como os prejuízos financeiros causados, inclusive lucros cessantes. Os danos materiais são indenizáveis no limite de R\$25.809.

As modalidades de seguro de responsabilidade civil e risco de engenharia sobre as obras foram contratadas para as empresas dos projetos Ventos de Santa Eugênia e Morro do Cruzeiro. A cobertura dos seguros compreende o reembolso dos dispêndios incorridos na reparação de danos sobre atividades em conexão com o desenho, construção, instalação, montagem e/ou comissionamento, testes e todos os demais serviços relativos ao projeto. As apólices têm vigências de 1 de janeiro de 2021 à 23 de junho de 2023 e 31 de Maio de 2022 à 23 de Maio de 2024 para Ventos de Santa Eugênia e Morro do Cruzeiro, respectivamente.

d) Seguro "Performance Bond"

Em janeiro de 2020, a Companhia contratou Seguro Garantia na modalidade de Construtor, como garantia de indenização, até o valor de R\$75.000, dos prejuízos e/ou multas resultantes do inadimplemento do tomador, referente às obrigações assumidas na outorga de concessão ou autorização dos empreendimentos participantes do Leilão de Geração n. 04/2019-ANEEL, durante a fase de execução das obras de construção ou implantação. Tais apólices foram contratadas para os projetos inscritos no referido leilão e possuem vigência até 01/04/2025, em conformidade com as exigências contidas no Edital para o Leilão e os manuais para aporte de garantias.

Em 17 de dezembro de 2021 a Companhia contratou seguro garantia na mesma modalidade para os projetos Morro do Cruzeiro I e II como garantia de indenização dos prejuízos e/ou multas resultantes do inadimplemento do tomador, até o valor de R\$8.400 e R\$5.880, respectivamente, referente às obrigações assumidas na outorga de concessão ou autorização dos empreendimentos participantes do Leilão de Geração n. 08/2021-ANEEL, durante a fase de execução das obras de construção ou implantação. Tais apólices foram contratadas para os projetos inscritos no referido leilão e possuem vigência até 01/05/2026, em conformidade com as exigências contidas no Edital para o Leilão e os manuais para aporte de garantias.

Em 01 de fevereiro de 2022 a Companhia contratou seguro garantia na mesma modalidade para o projeto Ventos de São Vitorino como garantia de cumprimento do cronograma de implantação e condições previstas no ato autorizativo durante a fase de execução das obras de construção ou implantação até o valor de R\$ 47.880, a fim de solicitar a outorga de autorização dos empreendimentos à ANEEL. Tais apólices foram contratadas para os projetos de Ventos de São Vitorino e possuem vigência até 31/08/2026, em conformidade com as exigências contidas em Regulamento da ANEEL e manuais para aporte de garantias.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas não possuem quaisquer outras operações com instrumentos financeiros que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 e de 31 de dezembro de 2022.

A Companhia e suas controladas operam com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores, financiamentos, debêntures, concessões a pagar e mútuos com partes relacionadas.

28.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria do Grupo Statkraft, segundo ainda as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da mesma. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global bem como para áreas específicas como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos, e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de mercado

Considerando que o Grupo não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia não são, substancialmente, afetados pelas mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco associado é oriundo apenas da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que venham aumentar as despesas financeiras relativas às debêntures e financiamentos emitidos pelo Grupo indexadas à CDI e ao IPCA. Substancialmente, os demais passivos do Grupo não apresentam riscos de taxas de juros que possam afetar de forma relevante o fluxo de caixa, pois os mesmos estão expostos à juros pré-fixados.

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de o Grupo não vir a dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela área de Tesouraria.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros (não derivativos) do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados.

	Controladora	Consolidado			
	Menos de um ano	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2022:					
Fornecedores nacionais	10.916	71.147	-	-	-
Financiamentos	184.165	184.165	226.458	66.493	871.899
Partes relacionadas	71.228	70.478	-	-	-
Arrendamentos	3.231	4.432	7.904	2.017	14.620
Concessões a pagar	14.509	14.509	46.729	48.972	204.893
Dividendos a pagar	11.296	11.296	-	-	-
Provisão para remoção de imobilizado	-	-	-	-	404.167

Em 31 de dezembro de 2021:

Fornecedores nacionais	11.612	32.787	-	-	-
Financiamentos	227.765	244.953	287.196	73.196	365.629
Partes relacionadas	60.448	61.409	-	-	-
Concessões a pagar	14.605	14.605	27.574	38.645	30.067
Dividendos a pagar	8.722	8.722	-	-	-
Provisão para remoção de imobilizado	-	-	-	-	65.937

A Companhia entende não haver riscos significativos de liquidez.

c) Risco de crédito

O risco de crédito da Companhia está atualmente concentrado nos contratos de venda de energia no mercado regulado (ACR), cabendo uma pequena parcela da energia vendida no mercado livre (ACL). Os contratos regulados são padronizados, incluindo os mecanismos de garantia neles previsto. Por outro lado, as contrapartes no mercado livre passam por criteriosa avaliação de crédito feita pela Companhia onde é definida a classificação de risco, garantias requeridas e limites para operação. Atualmente, a Companhia possui em sua carteira no mercado livre somente contrapartes com excelente avaliação de crédito.

d) Risco de vencimento antecipado do financiamento

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritiva, presentes nos contratos de financiamento do Grupo (nota explicativa nº 17), as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. A Administração monitora regularmente estes índices financeiros, com o objetivo de tomar as ações necessárias para garantir que os contratos de financiamentos não tenham seu vencimento antecipado.

e) Análise de sensibilidade

A seguir, quadro ilustrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os efeitos sobre as variações monetárias, bem como sobre as despesas financeiras apuradas sobre o cenário projetado para 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, caso tais variações nos componentes dos riscos identificados ocorressem.

Simplificações financeiras foram efetuadas no isolamento da variabilidade do fator de risco em análise. Como consequência, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser apurados nas próximas informações financeiras intermediárias. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias pode gerar um efeito material sobre as estimativas apresentadas a seguir.

Metodologia utilizada

A partir dos saldos dos valores expostos, conforme demonstrado na tabela a seguir e assumindo que os mesmos se mantenham constantes, apurou-se o diferencial de juros para cada um dos cenários projetados.

Na avaliação dos valores expostos ao risco de taxa de juros, consideramos apenas os riscos para as informações financeiras, ou seja, foram isolados e excluídos os fatores de juros prefixados por não apresentarem riscos às informações financeiras intermediárias por conta de variações nos cenários econômicos.

O cenário provável está baseado nas expectativas da Companhia, que por sua vez estão em

linha com as projeções demonstradas no relatório Focus, na data de 23 de janeiro de 2023, para cada uma das variáveis indicadas. Adicionalmente, as variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas projetadas para 31 de dezembro de 2022.

Fator de risco para mudança na taxa de juros (consolidado)

	Fator de risco	Valores expostos em 2022	Valores expostos em 2021	-50%	-25%	Cenário provável	25%	50%
Aplicações financeiras	CDI	583.780	185.584	40.135	60.202	80.270	100.337	120.405
Aplicações financeiras restritas	CDI	88.197	14.842	6.064	9.095	12.127	15.159	18.191
Empréstimos e financiamentos	CDI	(76.456)	(152.598)	(5.256)	(7.885)	(10.513)	(13.141)	(15.769)
Empréstimos e financiamentos	IPCA	(1.011.850)	(412.161)	(29.294)	(43.940)	(58.587)	(73.234)	(87.881)
Impacto líquido	CDI	595.521	47.828	40.942	61.413	81.884	102.355	122.826
Impacto líquido	IPCA	(1.011.850)	(412.161)	(29.294)	(43.940)	(58.587)	(73.234)	(87.881)
Taxas consideradas - % ao ano	CDI	13,75%	9,30%	6,88%	10,31%	13,75%	17,19%	20,63%
Taxas consideradas - % ao ano	IPCA	5,79%	10,46%	2,90%	4,34%	5,79%	7,24%	8,69%

f) Estimativa do valor justo

Considera-se que os saldos das contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, debêntures, concessões a pagar, demonstrados a valor contábil, menos a perda ("impairment"), quando aplicável, venham a estar próximos de seus valores justos.

A tabela abaixo classifica os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- (i) Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- (ii) Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- (iii) Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Consolidado	Em 31 de dezembro de 2022				Em 31 de dezembro de 2021			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativo								
Caixa e equivalentes de caixa	584.145	-	-	584.145	186.403	-	-	186.403
Aplicação financeira restrita	-	88.197	-	88.197	-	14.842	-	14.842
Propriedades para investimentos	2.239	-	-	2.239	19.092	-	-	19.092
Investimentos ao valor justo (*)	-	-	7.571	7.571	-	-	84.434	84.434
Total do ativo	586.384	88.197	7.571	682.152	205.495	14.842	84.434	304.771

- (*) A Companhia possui investimento na empresa Dfesa (Dona Francisca Energética S.A.) na ordem de 2,12%, na qual não tem influência significativa e é registrado a valor justo no montante de R\$7.571 (R\$75.804 referente à investida Ceran – Companhia Energética Rio das Antas S.A. e R\$8.630 referentes à Dfesa em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia preparou os fluxos de caixa futuros para a avaliação do valor de seu

investimento considerando como fim a data de finalização do contrato de concessão. Existe a possibilidade de prorrogação do prazo de concessão desta Companhia investida por mais 20 anos após o encerramento do primeiro período de concessão, entretanto é necessário à autorização de terceiros para a renovação da concessão. Assim a possível prorrogação pode acarretar valores diferentes dos atuais registrados.

g) Instrumentos financeiros por categoria (consolidado)

Consolidado				
	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total
<u>31 de dezembro de 2022</u>				
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	584.145	-	-	584.145
Contas a receber de clientes	-	133.977	-	133.977
Repactuação do risco hidrológico	-	2.698	-	2.698
Aplicação financeira restrita	88.197	-	-	88.197
Investimentos ao valor justo	-	-	7.571	7.571
Propriedades para investimento	2.239	-	-	2.239
	<u>674.581</u>	<u>136.675</u>	<u>7.571</u>	<u>818.827</u>
Consolidado				
	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total
<u>31 de dezembro de 2021</u>				
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	186.403	-	-	186.403
Contas a receber	-	79.350	-	79.350
Repactuação do risco hidrológico	-	3.668	-	3.668
Aplicação financeira restrita	14.842	-	-	14.842
Investimentos ao valor justo	-	-	84.434	84.434
Propriedades para investimento	19.092	-	-	19.092
	<u>220.337</u>	<u>83.018</u>	<u>84.434</u>	<u>387.789</u>
Consolidado				
	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	Total	
<u>31 de dezembro de 2022</u>				
Passivo, conforme o balanço patrimonial				
Fornecedores	-	71.147	71.147	
Financiamentos	-	1.349.015	1.349.015	
Partes relacionadas	-	70.478	70.478	
Concessão a pagar	-	113.716	113.716	
Provisão para remoção de imobilizado	26.495	-	26.495	
	<u>26.495</u>	<u>1.604.356</u>	<u>1.630.851</u>	
Consolidado				
	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	Total	
<u>31 de dezembro de 2021</u>				
Passivo, conforme o balanço patrimonial				
Fornecedores	-	32.787	32.787	
Financiamentos	-	970.974	970.974	

Partes relacionadas	-	61.409	61.409
Concessão a pagar	-	110.820	110.820
Provisão para remoção de imobilizado	65.937	-	65.937
	<u>65.937</u>	<u>1.175.990</u>	<u>1.241.927</u>

29. OUTROS RISCOS OPERACIONAIS

a) Risco hidrológico

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas. De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da quantidade de energia elétrica e potência efetivamente comercializada por elas, limitada à energia assegurada, cuja quantidade é fixa e determinada pelo poder concedente, constando da respectiva autorização e suas alterações subsequentes emitidas pelo mesmo.

As diferenças entre a energia gerada e a energia assegurada são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, cujo principal propósito é mitigar os riscos hidrológicos assegurando que todas as usinas participantes recebam pela quantidade comercializada da energia assegurada, independentemente da quantidade de energia elétrica por elas efetivamente gerada.

Tendo em vista que o MRE está suscetível a déficit de energia (geração do MRE inferior a garantia física do MRE) foi criado o Fator de Ajuste da Garantia Física, ou “Generation Scaling Factor - GSF”, que reduz a garantia física de todas as usinas pertencentes ao MRE. Deste modo, as usinas precisam comprar energia no curto prazo, valorada ao PLD, para honrar seus contratos de fornecimento de energia.

Com o intuito de mitigar/extinguir esta exposição a Lei nº 13.203/15 sancionou a repactuação do risco hidrológico a qual as usinas PCH Esmeralda, PCH Santa Rosa e PCH Santa Laura aderiram e repactuação na modalidade de proteção de 100% extinguindo assim o risco de GSF.

Com a finalidade de compensar os efeitos adversos do risco de GSF, a Lei nº 14.052/2020 proveu compensação aos participantes do MRE em forma de extensão da concessão, às quais as usinas hídricas do Grupo aderiram.

Além do mais, é possível a saída e regresso de usinas do MRE (dentro dos prazos e para determinadas usinas), onde as usinas não participantes destes mecanismos devem produzir mensalmente a garantia física alocada para o mês em questão. Verificando esta possibilidade a empresa adotou a estratégia de saída e regresso das usinas de seu portfólio do MRE. Atualmente todas as usinas hídricas encontram-se no MRE.

b) Risco da não prorrogação da autorização ou concessão

A Companhia possui autorizações e concessões para exploração dos serviços de geração de energia elétrica. Caso sua prorrogação não seja deferida pelos órgãos reguladores ou a mesma ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser reduzidos. Não há garantia de que as autorizações e concessões hoje outorgadas à Companhia serão, por ocasião de seu vencimento, prorrogadas pelo poder concedente.

30. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. As principais ações se referem processos trabalhistas, tributários e cíveis. Os valores provisionados são:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Processos trabalhistas	838	793	873	828
Processos fiscais	4.674	4.317	4.674	4.318
Processos cíveis	2.722	2.582	12.122	2.702
	<u>8.234</u>	<u>7.692</u>	<u>17.669</u>	<u>7.848</u>

A movimentação dos saldos provisionados é assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2021	7.692	7.848
Adição	268	9.548
Atualização	455	455
Reversão	(181)	(182)
Em 31 de dezembro de 2022	<u>8.234</u>	<u>17.669</u>

Contingências possíveis

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Processos investigativos

- (a) Como parte do processo de integração ao Grupo Statkraft, após a aquisição pelo Grupo do controle majoritário da Companhia SKER, em 13 de julho de 2015, o Grupo realizou uma investigação interna relacionada a Companhia e suas subsidiárias, sendo que o verificado durante a mesma foi informado às autoridades competentes durante o exercício de 2016. Em 15 de outubro de 2021, a Companhia firmou um Acordo de Leniência com o poder público federal para um dos casos denunciados e realizou o pagamento de R\$18.019 em multas e ressarcimento de vantagens indevidas obtidas antes da aquisição do controle acionário pela Statkraft. Como fruto do acordo, a Companhia implementará melhorias no seu sistema de conformidade, de forma a assegurar que a Companhia continue a operar no País de acordo com os mais elevados padrões éticos, com tolerância zero para a corrupção. No estágio atual, não é possível prever o resultado final para os outros casos relatados.
- (b) A Companhia e diversos outros réus são Parte em ação civil pública ajuizada pela Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da FUNCEF ("ANIPA") que tem por objetivo reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por má administração dos recursos pela FUNCEF. O montante requerido na ação é de R\$8,2 bilhões, inexistindo individualização de valores por réu. Neste momento, fase inicial de instrução processual, não é possível estimar se haverá qualquer impacto para a Companhia, tampouco o valor aproximado de condenação, caso haja. Desta forma o processo remanesce classificado com a avaliação de risco possível, e ilíquida.

A Companhia é ré, entre outros, na ação civil pública cumulada com ação por ato de improbidade administrativa ajuizada inicialmente pelo Ministério Público Federal, e atualmente pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina (em razão de declínio de competência), em virtude de supostos atos de improbidade administrativa na obtenção das licenças ambientais de instalação de usinas eólicas do Parque de Água Doce, no valor histórico de R\$1,3 bilhão. Esta ação judicial tem avaliação de perda possível indicada pelos seus patronos, sendo, contudo, ilíquida para a fase processual em que se encontra o processo.

Os demais passivos contingentes com probabilidade de perda considerada possível são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021
Trabalhistas	1.332	1.309
Fiscais	100.533	94.880
Cíveis	21.511	5.483
	<u>123.376</u>	<u>101.672</u>

31. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido disponível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o período. A Companhia não tem categorias de ações ordinárias com potenciais com efeitos diluidores e por isso o resultado do lucro por ação básico e diluído são os mesmos.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Lucro atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	237.814	183.619	237.814	183.619
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	444.320	278.120	444.320	278.120
Lucro por ação	<u>0,53523</u>	<u>0,66022</u>	<u>0,53523</u>	<u>0,66022</u>

32. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022, o Grupo reconheceu os montantes de R\$ 2.863 na controladora e R\$ 53.306 no consolidado no grupo de imobilizado referente à juros capitalizados sobre os financiamentos vinculados à construção das usinas que compõem o projeto Ventos de Santa Eugênia, com contrapartida na rubrica de financiamentos do passivo circulante.

Foi reconhecido o montante de R\$38.000 na controladora representando o saldo de redução de capital de suas controladas ainda não desembolsados com contrapartida reconhecida no contas a receber.

Adicionalmente, as investidas integralizaram AFAC em capital social no montante de R\$ 887.536 ao longo de exercício, sem movimentação de caixa.

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

33.1. Acordo de leniência

Em 10 de fevereiro de 2023, a Moinho S.A. subsidiária integral da SKER, bem como Passos Maia Energética S.A., controlada em conjunto da Companhia, firmaram um Acordo de Leniência com o poder público do estado de Minas Gerais para um dos casos denunciados e realizaram o pagamento de R\$9.744 e R\$24.073, respectivamente, em multas e ressarcimentos de vantagem indevidas obtidas antes da aquisição do controle acionário pela Statkraft. Como fruto do acordo, as Companhias implementarão melhorias no seu sistema de conformidade, de forma a assegurar que as mesmas continuem a operar no País de acordo com os mais elevados padrões éticos, com tolerância zero a corrupção. No estágio atual, não é possível prever o resultado final para os casos remanescentes.

33.2. Aporte de capital em subsidiárias

Em 23 de janeiro de 2023 a controlada Serra da Mangabeira S.A. realizou aumento de capital no montante de R\$ 24.521 via conversão de saldo de AFAC.

Em 17 de fevereiro de 2023 a Companhia aportou capital na Moinho S.A. subsidiária integral da SKER e Passos Maia Energética S.A., controlada em conjunto da Companhia, nos montantes de R\$5.500 e R\$9.750 respectivamente. O aporte foi necessário para fazer frente aos pagamentos do tema descrito na nota explicativa nº 33.1 supracitada.

33.3. Recebimento de desembolsos sobre financiamentos

Em 17 de fevereiro de 2023 as investidas Morro do Cruzeiro I e Morro do Cruzeiro II receberam seu 1º desembolso referente aos contratos de financiamentos firmados com o BNB – Banco do Nordeste nos montantes de R\$ 79.368 e R\$ 57.638, respectivamente.
